

**TODOS
PODEM
EMPREENDER**

Apresentação

Este material reúne informações e busca possíveis soluções com outras organizações e setores que estão atentos ao ecossistema microempreendedor. Foi elaborado a partir de uma série de estudos, pesquisas, workshops e outros eventos presenciais e virtuais, iniciados em março de 2021, além de mapeamentos de desafios e oportunidades, levantamento de dados e projeções econômicas e diálogos com diferentes atores do ecossistema empreendedor brasileiro, tais como organizações, pesquisadores, microempreendedores formalizados e não formalizados, entre outros. A organização do conteúdo e redação do material foi feita pela Aliança Empreendedora, por meio do Empreender 360 - programa focado em pesquisa e advocacy e realizado em parceria com o Bank of America, Fundação Arymax e Assaí Atacadista, que tem acompanhado a pauta do trabalho informal e das políticas públicas voltadas ao microempreendedorismo.

Redação e revisão geral Ana Marina de Castro, Marcela Greggo, Mariana Rodrigues, Lina Kempf, Paula Cristina, Romário Barbosa
Análise Econômica Daniel Duque
Revisão textual Tatiana Oliveira | Social Comunicação
Projeto gráfico e diagramação Sabrina Duarte | Social Comunicação
Fotos e ilustrações Freepik, Pixabay, Pexels e banco de imagens da Aliança Empreendedora

Colaboradores

A campanha Todos Podem Empreender tem sido construída por muitas vozes. Um trabalho como este não se faz sozinho. Ao longo de todo o processo participaram microempreendedores e representantes de mais de 50 instituições tais como Ministério da Economia, Ministério da Cidadania, Sebrae Nacional, ONGs de abrangência nacional e local, Associação das Baianas de Salvador, microempreendedores, Instituições de Microfinanças, entre outros.

Agradecemos a todos e destacamos aqui alguns especialistas que contribuíram: Mauro Oddo - pesquisador, Helena Rego - Sebrae Nacional, Vahid Vahdat - Instituto Veredas, Breno Barlach e Maurício Prado - Plano CDE, Vânia Souza da Silva - Assistente Social e Gestora Pública, Alessandra França - Banco Pérola, Mariane Carneiro da Cunha - Movimento Expansão, Marcus Barão - CONJUVE, Daniela Cambuzano - Gestora Pública e pesquisadora, Juliana Armed - Gestora Pública.

É PRECISO FAZER DA ECONOMIA UM LUGAR JUSTO PARA TODOS

O empreendedorismo é uma ferramenta poderosa para a inclusão econômica e social. Neste contexto, a campanha **Todos Podem Empreender** é uma ação que nasceu para fortalecer a representação do microempreendedor e microempreendedora individual, sobretudo neste período de eleições. O objetivo é elucidar candidatos e mobilizar a população sobre a necessidade de dar mais atenção ao ecossistema de apoio a microempreendedores, para que se torne uma rede mais forte, eficiente e colaborativa.

Acreditamos na potência do microempreendedor brasileiro, e para nós, todas e todos podem empreender por meio de relações justas de trabalho. Por isso, reunimos neste material informações e possíveis soluções com outras organizações e setores que estão atentos ao ecossistema microempreendedor. Este material foi feito com apoio de mais de 50 instituições tais como Ministério da Economia, Ministério da Cidadania, Sebrae Nacional, ONGs de abrangência nacional e local, Associação das Baianas de Salvador, microempreendedores, Instituições de Microfinanças, entre outros.

Conheça as propostas para trilhar um caminho de crescimento econômico e proteção social apoiando microempreendedores. Boa leitura!

Foto: Aliança Empreendedora



SOBRE A

Aliança Empreendedora

A Aliança Empreendedora nasceu em Curitiba, Paraná, 2005, com o objetivo de capacitar e apoiar microempreendedores formais e informais em vulnerabilidade econômica de todo o Brasil. Está alinhada com os objetivos da ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), da ONU (Organização das Nações Unidas).

mais de 140 mil empreendedores apoiados

271 projetos cocriados

em 27 estados brasileiros

com 134 organizações sociais aliadas

SOBRE O Empreender360

Desde 2016 atua como programa de advocacy em inclusão empreendedora em parceria com o Bank of America, Fundação Arymax e Assaí Atacadista.



O programa E360 busca **INFLUENCIAR** e **ATUAR** no entorno (organizações, empresas, pessoas, governos) do Empreendedor(a) em **vulnerabilidade**, **tornando o ato de empreender mais fácil, justo e inclusivo**.

2 políticas públicas influenciadas (microcrédito e MEI)

5 estudos lançados

+ 10 workshops de trabalho em rede

Participação em 5 comitês, fóruns e conselhos

3 Fórum Nacional de Microempreendedorismo

+ 100 artigos publicados

+ 50 atores mobilizados

SOBRE O

TODOS PODEM EMPREENDER

Apoio de mais de 50 instituições e outras dezenas de especialistas e profissionais que atuam no ecossistema microempreendedor

Os microempreendedores e microempreendedoras constroem a nossa nação. Por isso, a campanha Todos Podem Empreender quer dar voz à pauta do microempreendedorismo de forma inédita durante as eleições presidenciais.

Pandemia

Mais de 44 milhões de informais

Número de formalizações MEI cresce, mas os negócios são frágeis. O microempreendedorismo é pouco representado nos espaços de poder.

Foto: Aliança Empreendedora



2.50

2.40


1.40

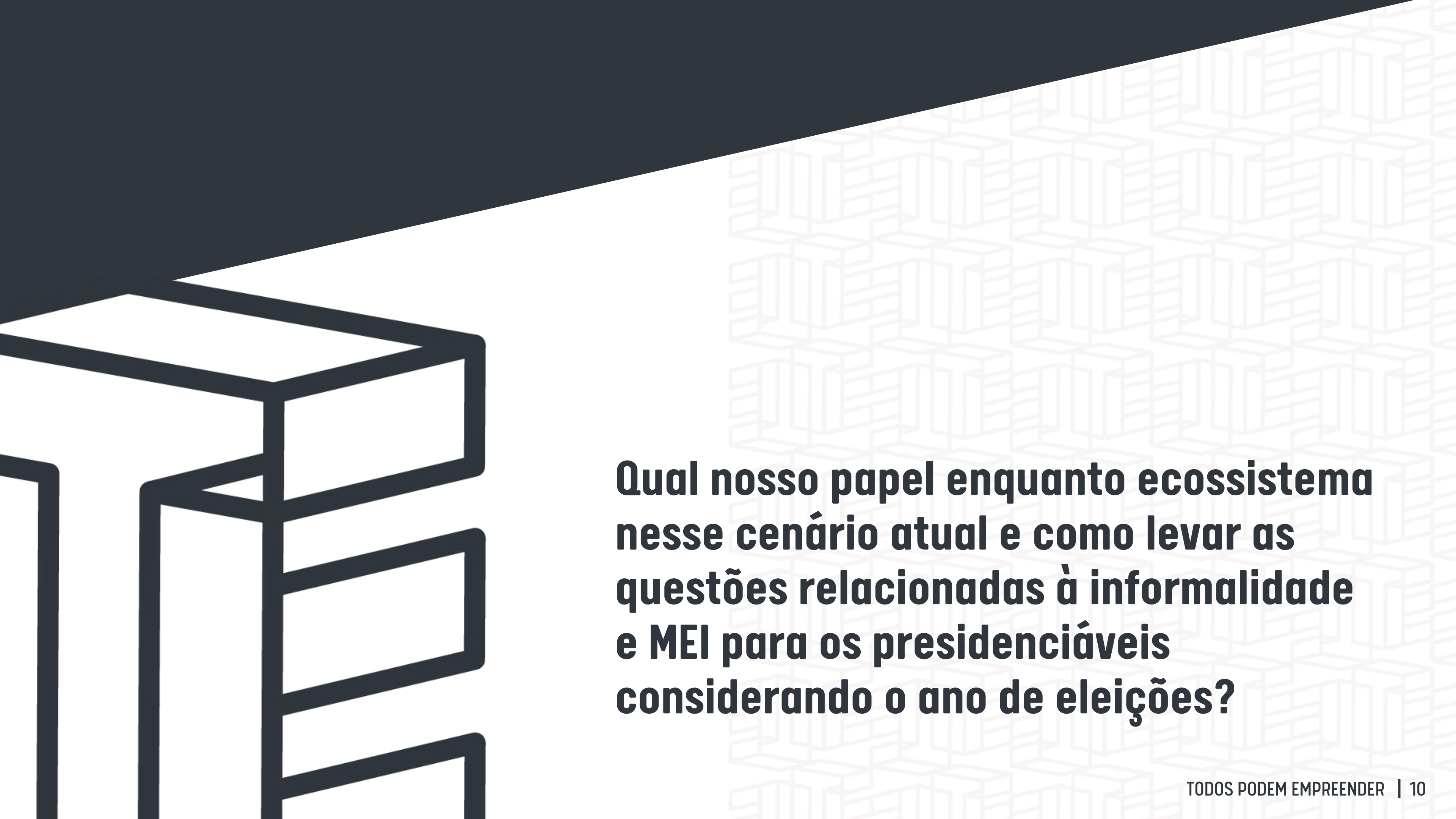
1

0

2.00

0.75


CERTIFICADO DE REGISTRO
Nº 123456789
Emissão: 10/10/2023
Validade: 12 meses



Qual nosso papel enquanto ecossistema nesse cenário atual e como levar as questões relacionadas à informalidade e MEI para os presidentiáveis considerando o ano de eleições?

O Brasil vive grandes desafios em 2022. Na política, vivemos situações de polaridade e instabilidade. Na economia, o PIB Brasileiro deve crescer apenas 1,7%, segundo o FMI. E no campo social, vemos o aumento da desigualdade e pobreza, uma vez que 61 milhões de brasileiros tiveram dificuldades de se alimentar entre 2019 e 2021 (FAO/ONU) e 15,5% da população passa fome em 2022 (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar).

Neste contexto precisamos olhar para os **25 milhões de pessoas que estão empreendendo na informalidade ou com CNPJ, em situação de fragilidade**. É importante dar voz e trazer propostas para esta pauta que é um caminho de crescimento econômico e proteção social.

ELEIÇÕES 2022

Esta é uma oportunidade para o microempreendedor

26% da população que trabalha é microempreendedor, com pouco apoio das políticas públicas.

Esta é uma oportunidade para todos

A oportunidade de olhar e dialogar com uma porcentagem da população brasileira que muitas vezes é invisível nas ações de políticas públicas.

OLHARES MÚLTIPLOS

É desta forma que visualizamos como amplificar as vozes do ecossistema microempreendedor que movimenta a economia de nosso país:

PROPOSTAS INÉDITAS DO ECOSSISTEMA PARA AS ELEIÇÕES

Propostas em 4 frentes prioritárias para o ecossistema empreendedor

DIÁLOGO COM OS PRINCIPAIS CANDIDATOS E CANDIDATAS À PRESIDÊNCIA

Frente de diálogo com pré-candidaturas e equipes de campanha

Contato com todas as chapas presidenciais

ARTICULAÇÃO COM A BASE: ORGANIZAÇÕES, ESPECIALISTAS E INFORMAL

Articulação com o ecossistema empreendedor para coleta de evidências e mobilização para as eleições

CAMPANHA NACIONAL PARA AS ELEIÇÕES

Campanha na imprensa e nas redes sociais em parceria com o ecossistema empreendedor

Cenário e Potencial do Microempreendedorismo

O empreendedorismo é uma ferramenta poderosa para inclusão econômica e social. O brasileiro e a brasileira que são empreendedores não se reconhecem como tal e enfrentam uma série de barreiras para empreender seu negócio.

BARREIRAS INTERNAS

Enxergar-se como empreendedor
Ter confiança que sua jornada de empreendedorismo dará certo
Acesso a qualificação profissional, direitos sociais e orientação para evoluir seu negócio

BARREIRAS EXTERNAS

Ter uma Rede de apoio ao microempreendedor
Mercado / momento econômico que o país atravessa
Políticas Públicas que apoiem efetivamente o microempreendedor brasileiro
Acesso a crédito

Cenário e Potencial do Microempreendedorismo

Os microempreendedores e microempreendedoras constroem a nossa nação. Dos 94 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, 44 milhões são informais, e 25 milhões de microempreendedores - ou seja, 26% da população ocupada.

Por isso, propomos uma **mudança de Cultura:**

Empreendedorismo por necessidade

Empreendedorismo por escolha



*Dados da PNADC 2022

Cenário e Potencial do Microempreendedorismo

A campanha Todos Podem Empreender elaborou um panorama sobre os desafios, caminhos e propostas para o microempreendedorismo informal e MEI no Brasil. **Entre seus objetivos está:**

- 1 Compreender, dentro de 3 temas-chave (informalidade, microcrédito; assistência e inclusão produtiva) qual o diagnóstico sobre marco legal, políticas públicas e cenário político;**
- 2 Elaborar análises quantitativas e econômicas que traçam um panorama sobre a informalidade/MEI no Brasil;**
- 3 Mapear e recomendar propostas de políticas públicas que sejam alavancas para os desafios do microempreendedorismo.**

Para este trabalho, a metodologia contou com um estudo exploratório com métodos mistos, com foco em análise qualitativa e análise econômica:

Discussão de hipóteses com especialistas

Análise econômica

Desk Research

Coleta de evidências em workshop com o público-alvo

Análise de dados secundários

LINHA DO TEMPO



ELEIÇÕES 2022

Precisamos de propostas comprometidas com o apoio aos microempreendedores e microempreendedoras.

Foto: Aliança Empreendedora





ANÁLISE ECONÔMICA

The background features a smiling woman in a yellow shirt, centered and slightly faded. The overall background is a solid yellow color with a subtle, light-colored network or web pattern overlaid. The text is in a bold, dark purple font.

PERFIL DOS MICROEMPREENDEDORES INFORMAIS NO BRASIL

Fonte de Dados

PNADC

PNAD Contínua; contém dados de mercado de trabalho e renda das famílias, de 2016 a 2021.

POF

Pesquisa de Orçamento Familiares; contém dados de mercado de trabalho, renda, consumo e bancarização das famílias, de 2009 e 2018.

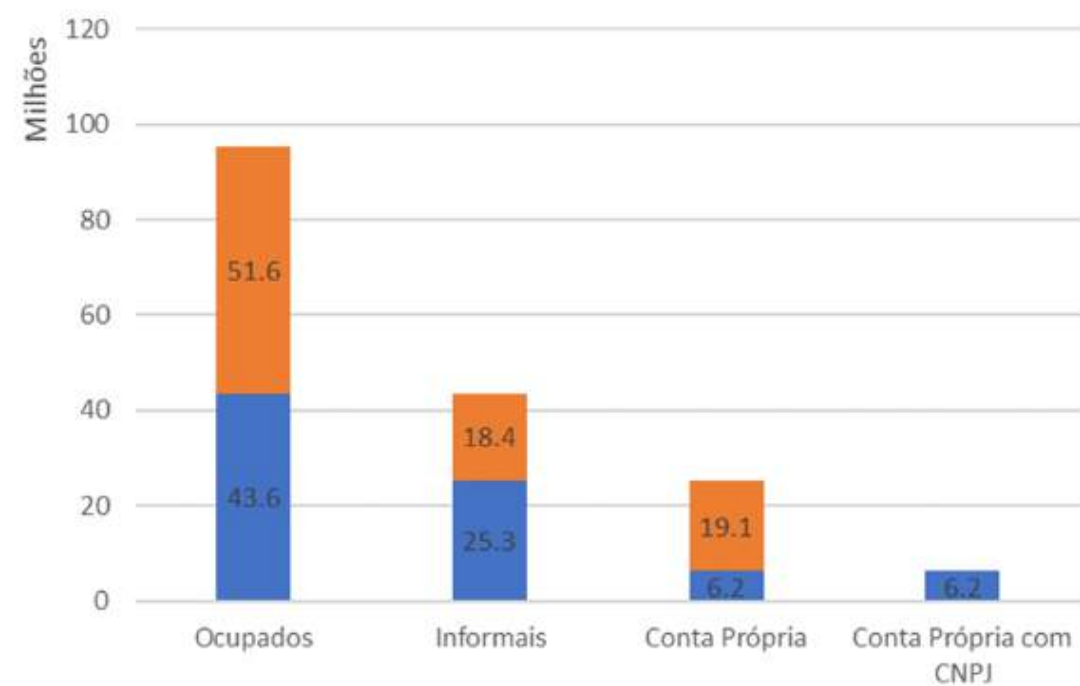
RECEITA FEDERAL

Contém dados de MEIs registrados.

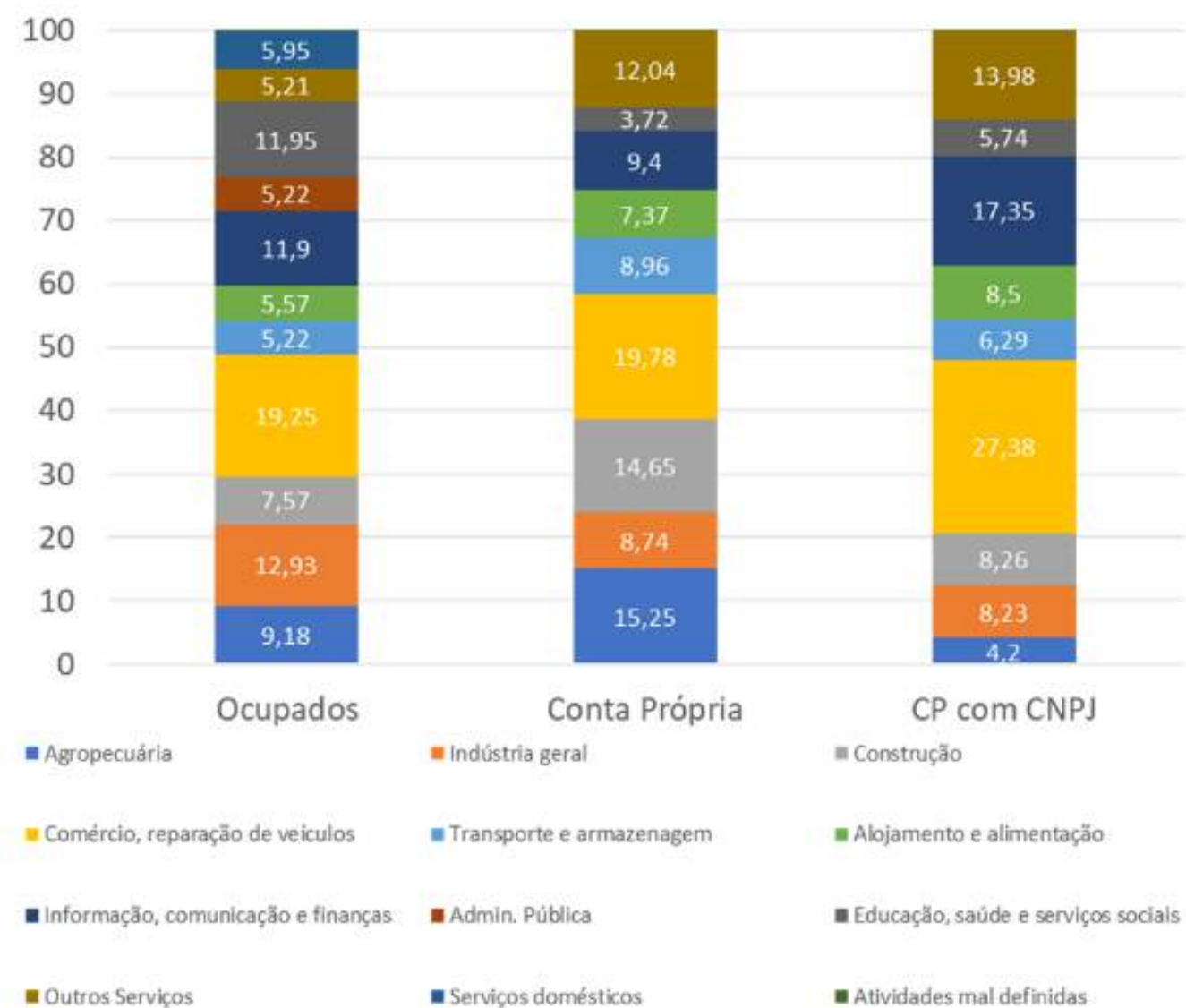
CAD ÚNICO

Cadastro Único; contém dados de famílias cuja renda familiar per capita é inferior a $\frac{1}{2}$ do salário mínimo, e são potencialmente elegíveis para programas sociais.

Contexto Brasil PNADC 2022



- 94 mi ocupados;
- 44 mi informais;
- 25 mi conta própria;
- 6 mi conta própria com CNPJ.



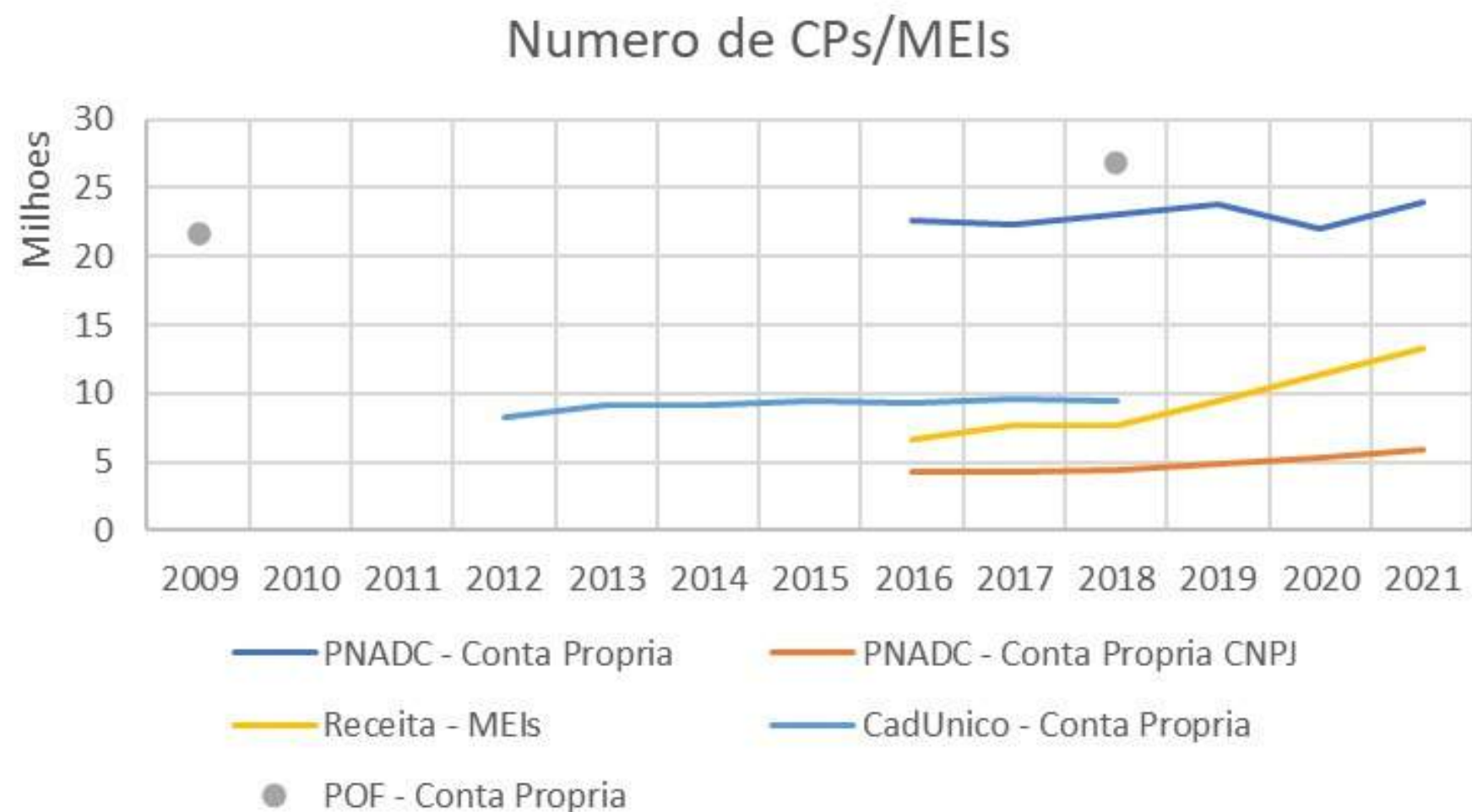
- Conta própria concentrados na agropecuária, alimentação, transportes e outros serviços.
- Conta Própria Com CNPJ: comércio e comunicação/info.

Perfil dos microempreendedores:

- 34% são mulheres
- 54% são negros

TENDÊNCIA AO LONGO DO TEMPO

números não necessariamente são consistentes entre bases



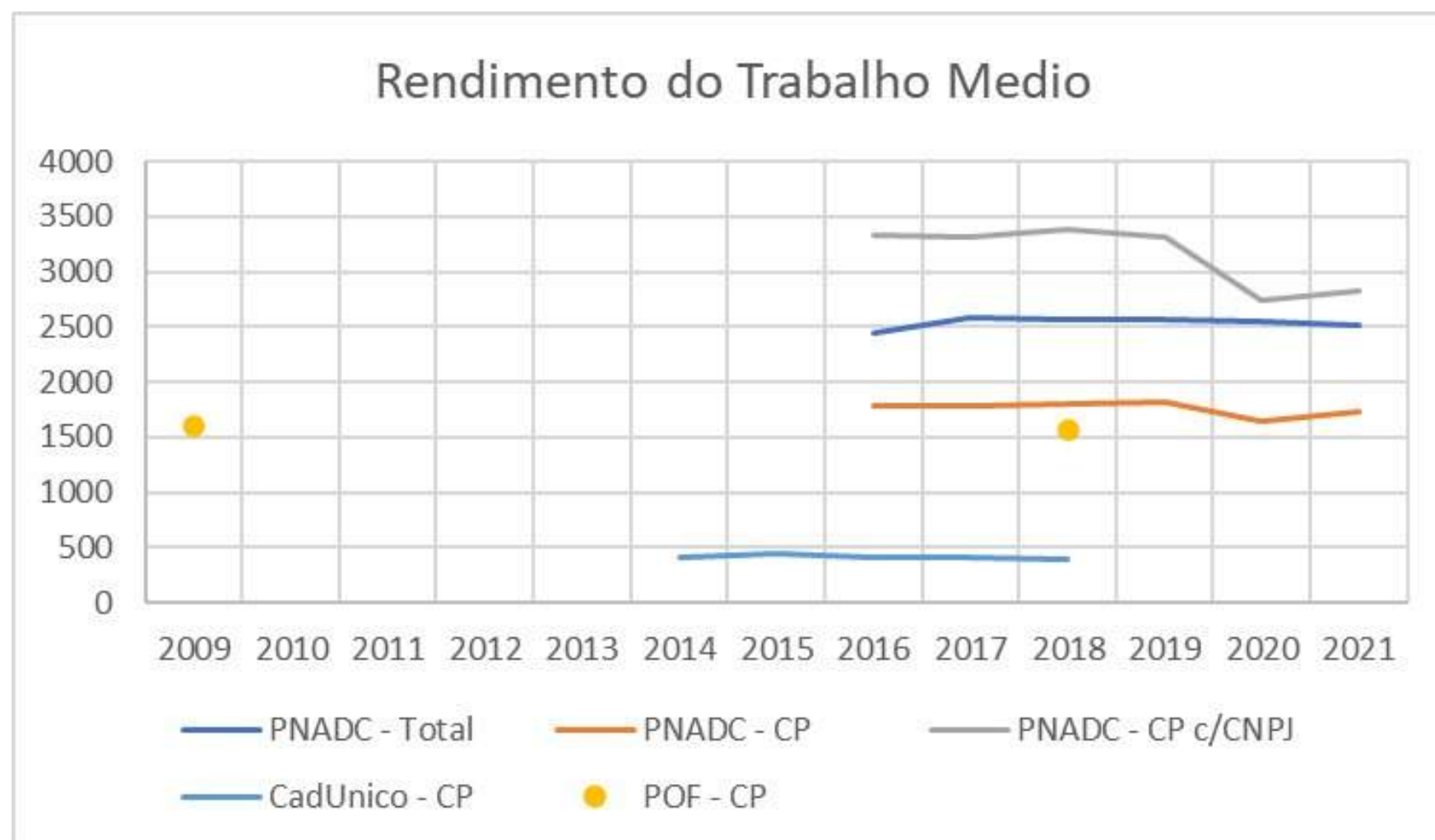
Há cerca 10 milhões de trabalhadores por conta própria no Cadastro Único.

A Receita registra também cerca de 13 milhões de MEIs em 2021 - no entanto, muitos são potencialmente inativos.

A PNAD Contínua registra que cerca de 6 milhões de trabalhadores por Conta Própria com CNPJ.

Número continua crescendo, mesmo com a pandemia.

Renda do informal estagnada

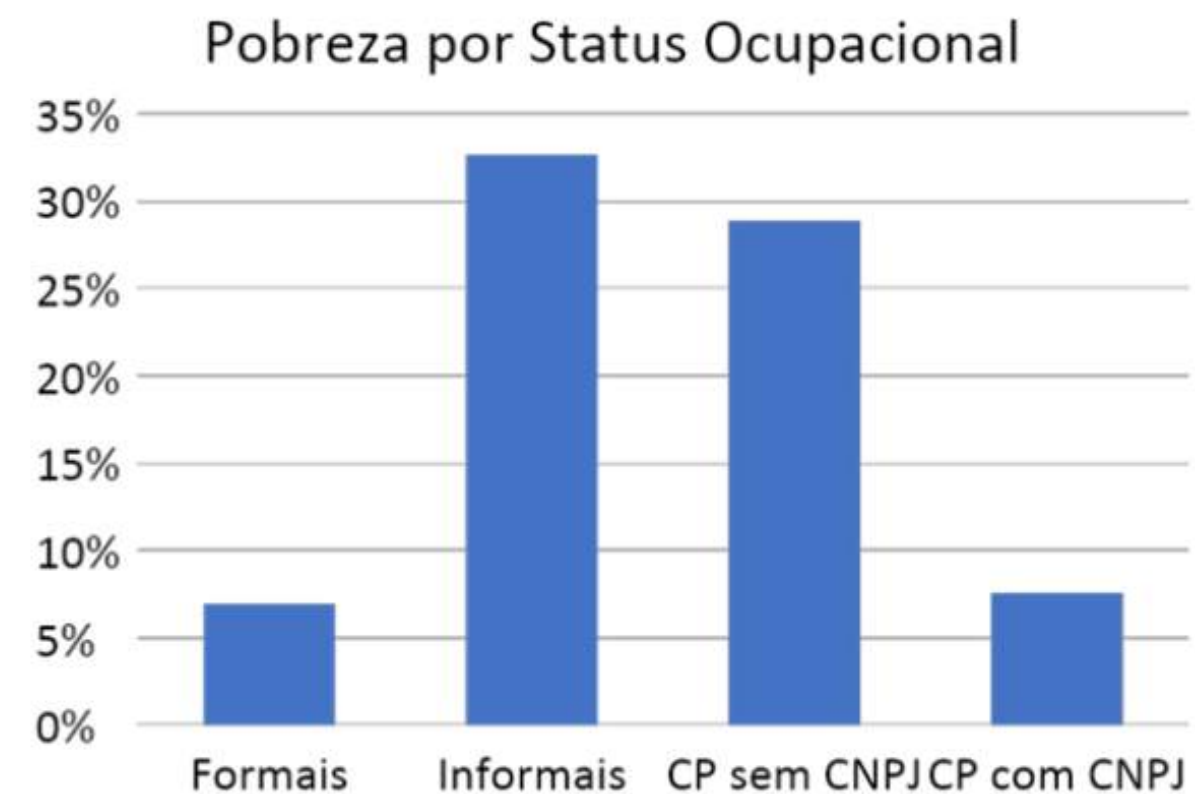


Rendimentos dos ocupados por conta própria, no entanto, estão estagnados, e são significativamente menores do que a média geral.

A pandemia foi especialmente dura com ocupados com CNPJ.

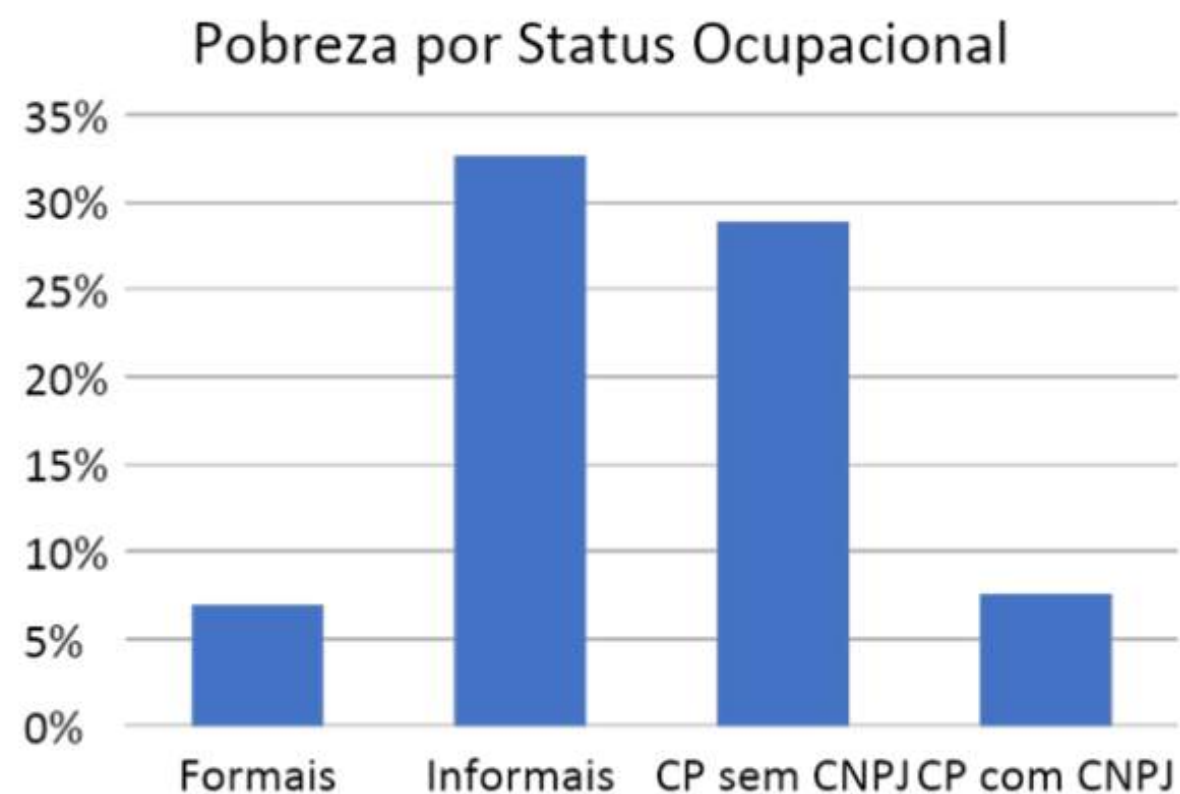
Microempreendedores e pobreza

Ano	Categoria	Tem Bolsa Família, Auxílio Emergencial ou Auxílio Brasil
2019	Trabalhadores que não empreendem	10,4%
2019	Microempreendedor, sem CNPJ	19,5%
2019	Microempreendedor, com CNPJ	3,5%
2020	Trabalhadores que não empreendem	23,3%
2020	Microempreendedor, sem CNPJ	41,2%
2020	Microempreendedor, com CNPJ	25,6%
2021	Trabalhadores que não empreendem	17,6%
2021	Microempreendedor, sem CNPJ	34,2%
2021	Microempreendedor, com CNPJ	16,3%



Percentual de Ocupados por Conta Própria abaixo da linha da pobreza e recebendo algum programa social é alto. Considerando aqueles com CNPJ, os percentuais se reduzem dramaticamente.

Microempreendedores e **pobreza**



Em 2021, mais de $\frac{1}{3}$ dos microempreendedores informais receberam benefícios sociais e $\frac{1}{6}$ dos microempreendedores formais (principalmente MEI).

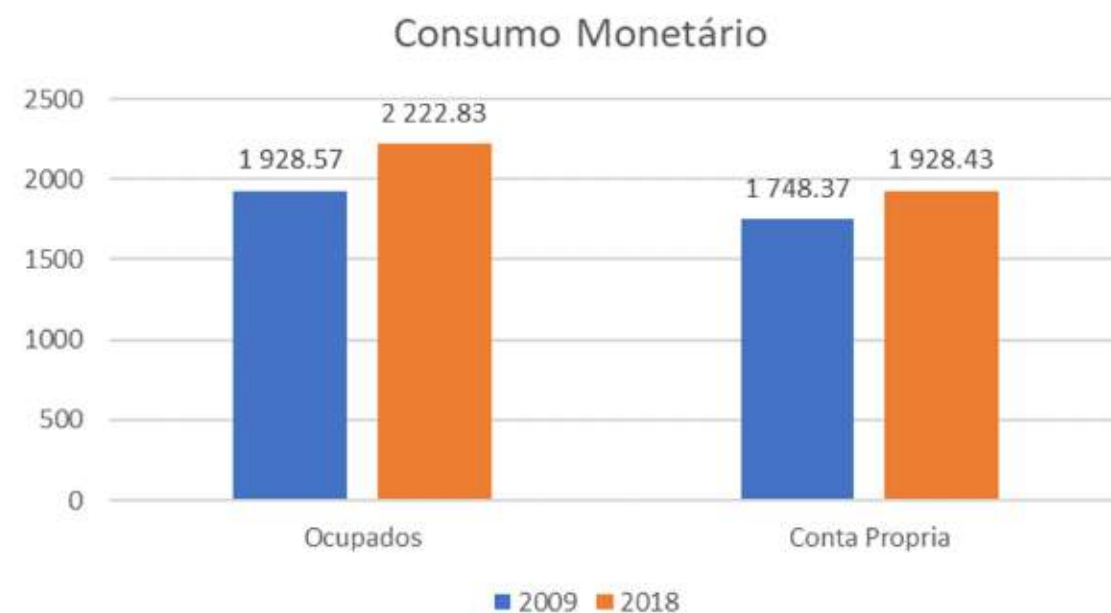
De 2019 para 2020, o número de trabalhadores e microempreendedores recebendo benefício social dobrou. E houve um aumento de mais de 5 vezes de recebimento do benefício entre os por microempreendedores com CNPJ.

A hipótese para este aumento é de que o empreendedorismo por necessidade, e para a subsistência, aumentou na pandemia.

Mais de 30% dos microempreendedores formais está abaixo da linha de pobreza de 5,50\$ por dia, do Banco Mundial.

Entre os microempreendedores com CNPJ, a taxa de recebimento de benefícios sociais também chega a quase $\frac{1}{3}$ desta população.

O consumo é menor entre os por conta própria, e cresceu menos entre 2009 a 2018



Por que o consumo monetário é importante?

O consumo é um indicador importante para o bem-estar das famílias, e é um motor da economia.

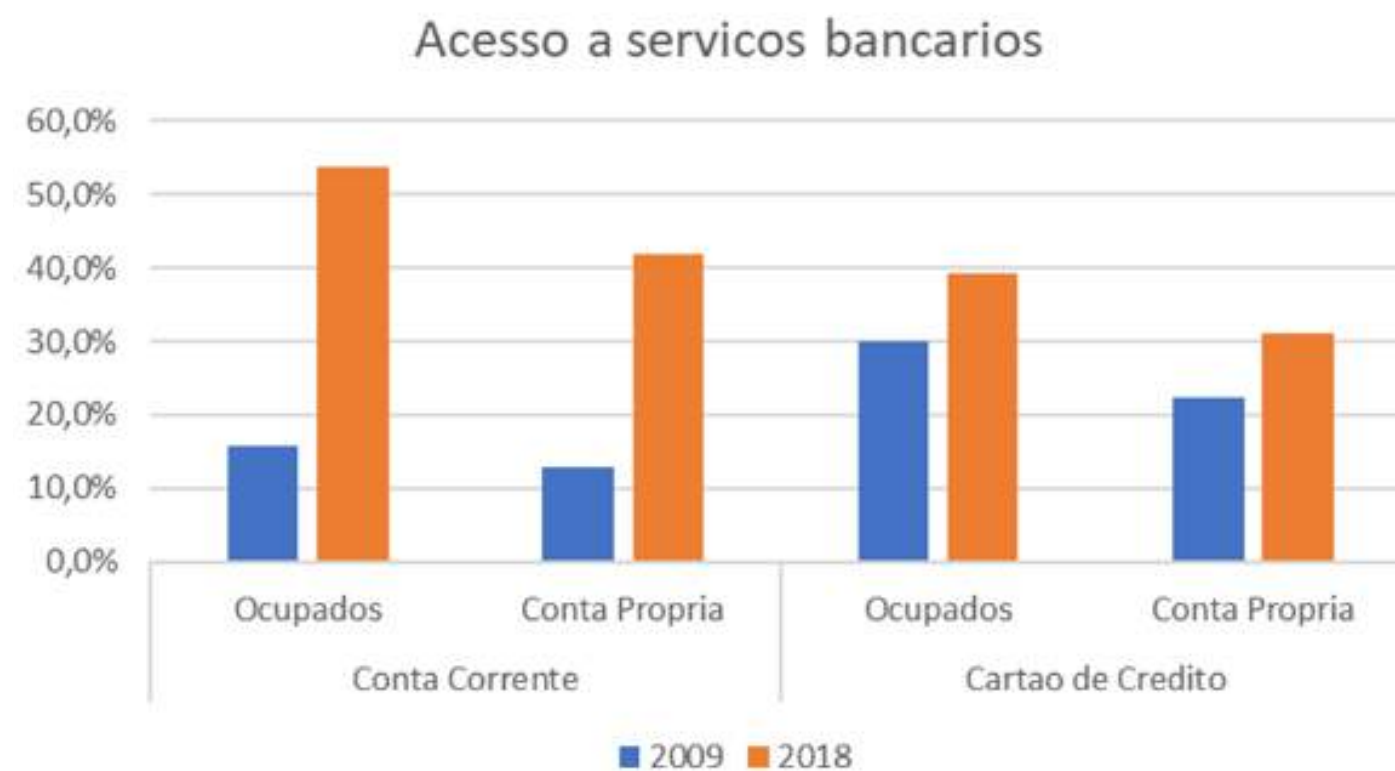
Consumo é ligado ao acesso à crédito (ex: cartão de crédito). O consumo tem a ver com o que quanto você ganha de diferentes tipos de renda, e como você gasta.

O Brasil vive um momento onde os mais pobres gastam mais com itens de alimentação e bens básicos. E usam o crédito para isso.

O uso do crédito como estratégia de ampliação de consumo não é uma solução sustentável para a fome, como acontece hoje. Crédito é para expansão de negócio, investimento, para obter outros tipos de bens. Usar crédito para sobrevivência não é o melhor uso do crédito.

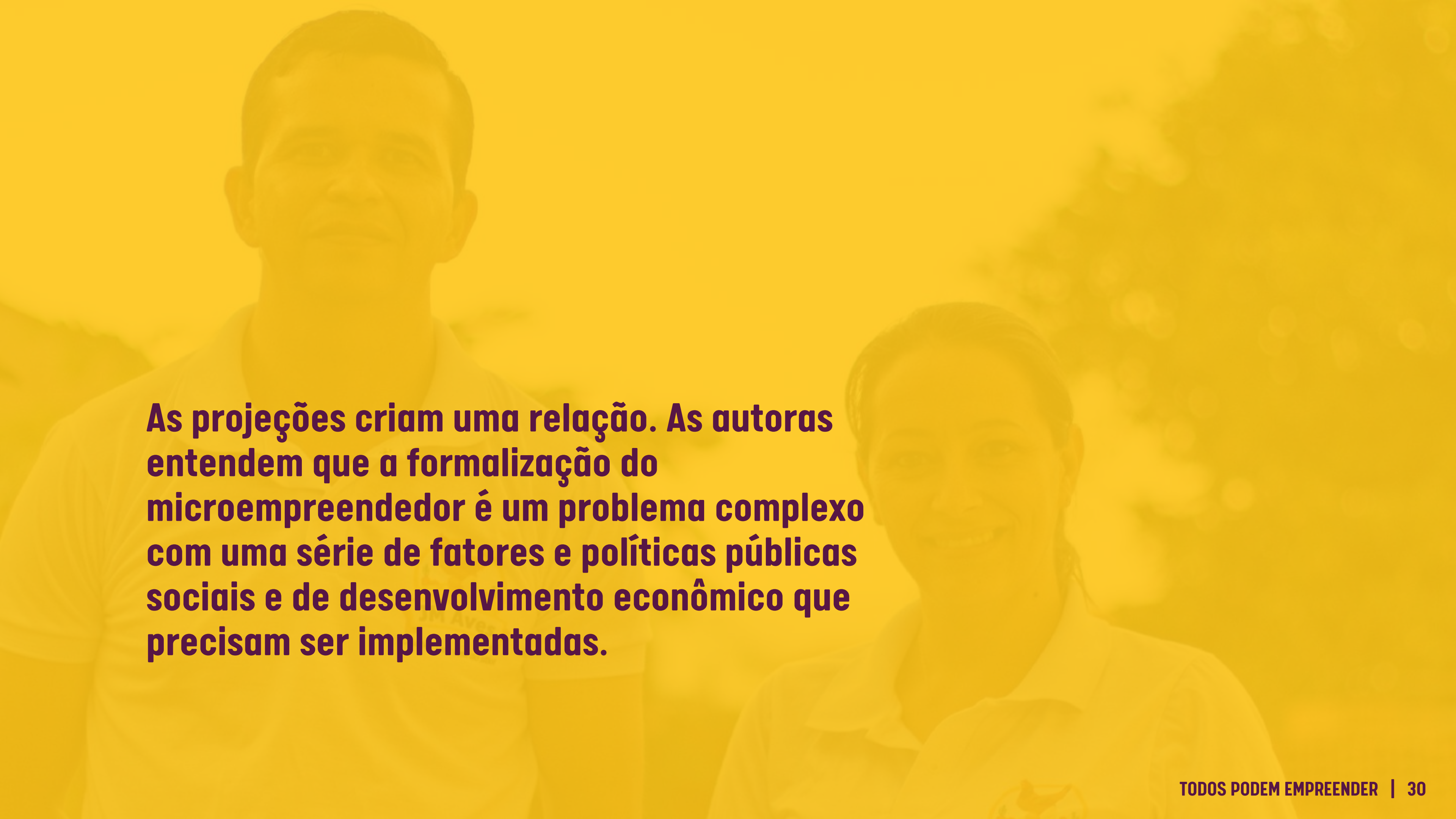
Importante pensar estratégias mais sustentáveis para expandir o consumo das famílias dos microempreendedores. Importante incentivar estas famílias a gerar mais renda, com o apoio de políticas públicas sociais e de apoio ao microempreendedorismo.

Bancarização como oportunidade para expandir o apoio ao microempreendedor



Bancarização diminui o acesso à desigualdade pois:

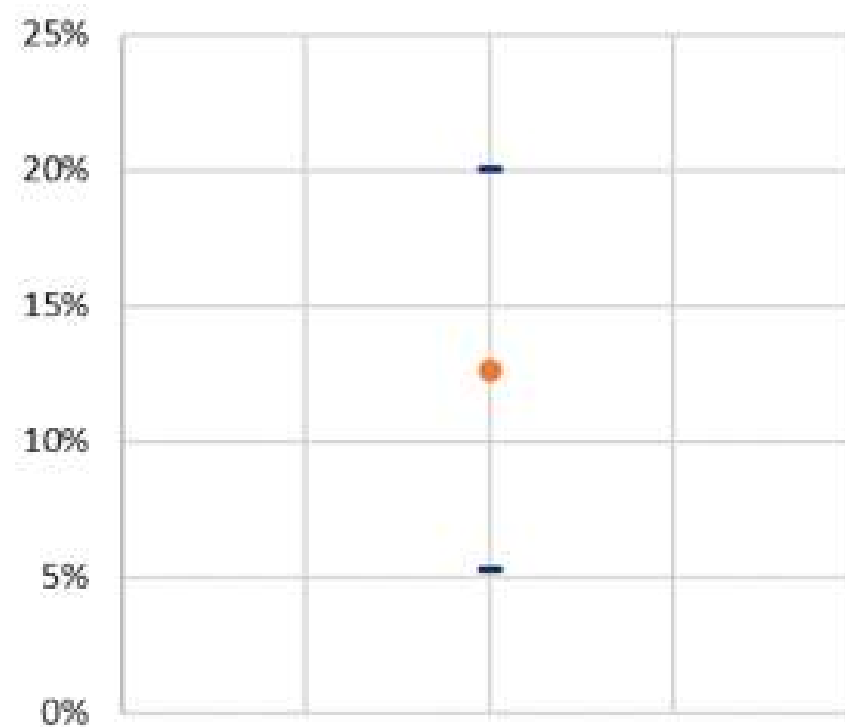
- Impacta na formalização, que permite o acesso ao banco;
- Traz acesso à crédito;
- Facilita o pagamento de impostos;
- Melhora os serviços do microempreendedor (ex: ter uma máquina de cartão para o seu empreendimento); Insere selo de segurança para uma identidade digital no Portal Gov.br, que permite ao microempreendedor se formalizar com mais rapidez.



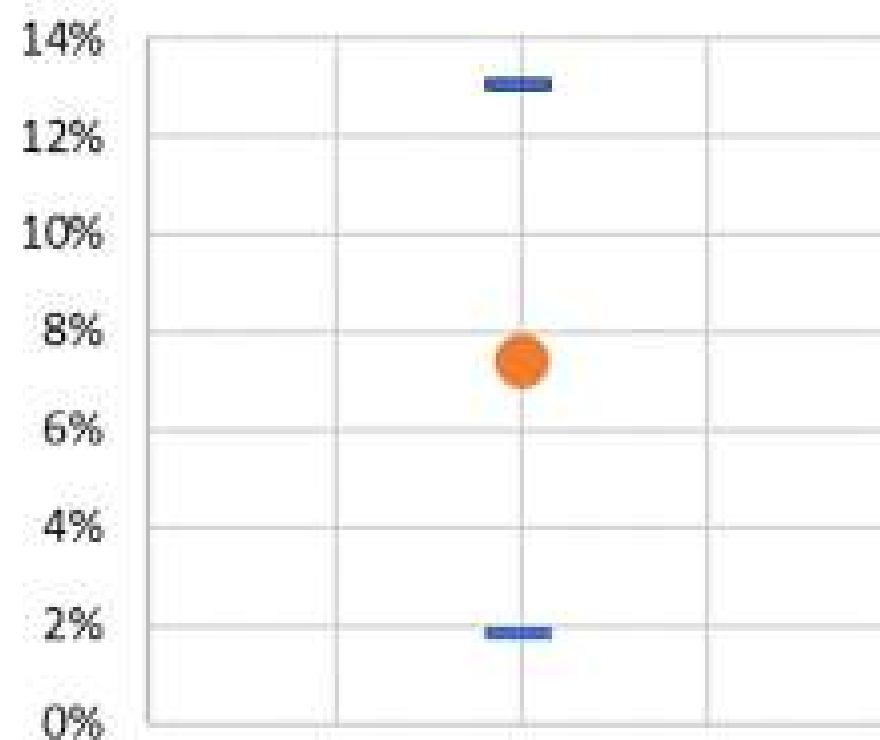
As projeções criam uma relação. As autoras entendem que a formalização do microempreendedor é um problema complexo com uma série de fatores e políticas públicas sociais e de desenvolvimento econômico que precisam ser implementadas.

Efeitos de Ocupados por Conta Própria se formalizarem (abrir um CNPJ)

Aumento esperado da renda devido à formalização



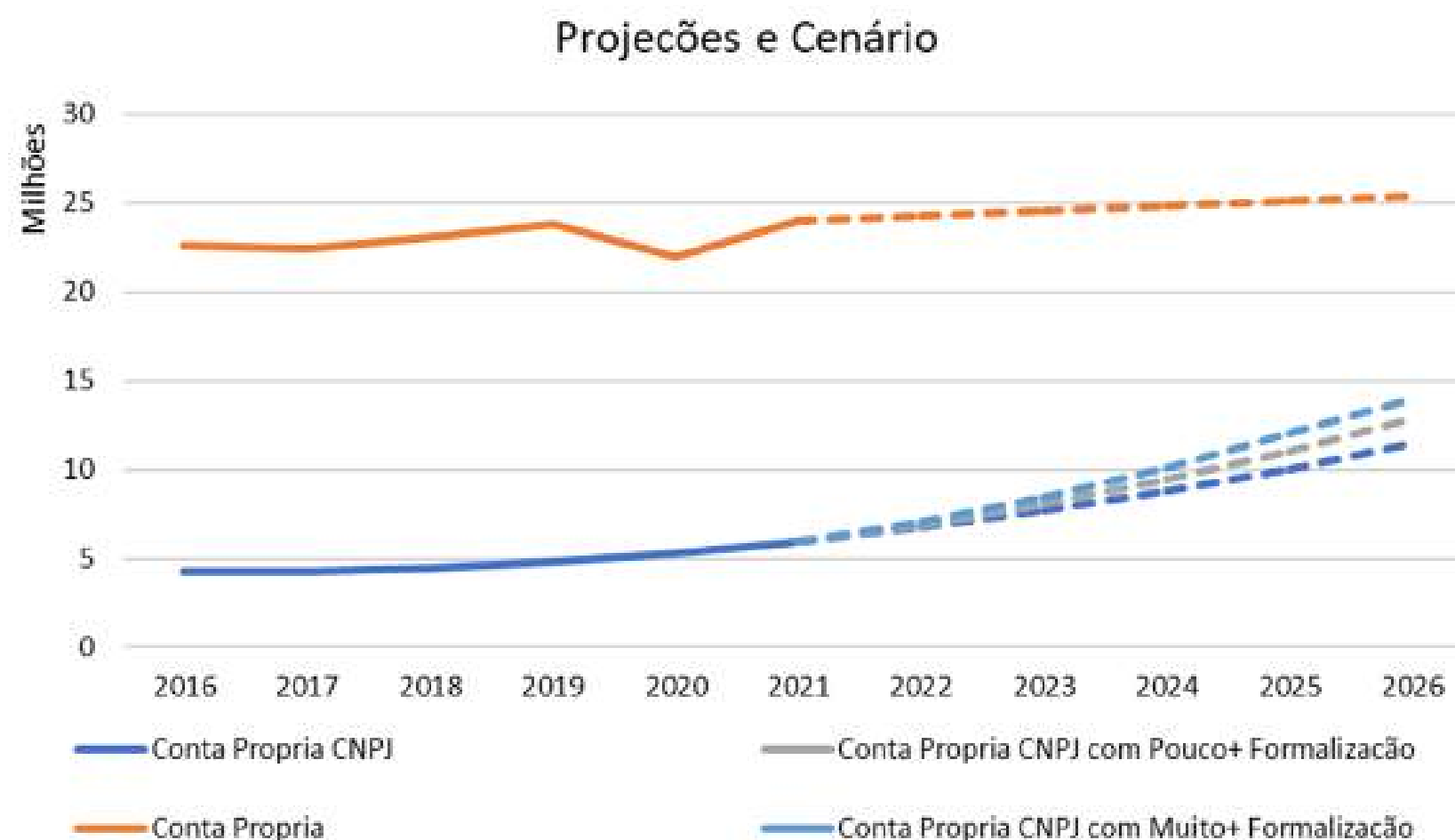
Aumento esperado do PIB per Capita com formalização de 10pp maior de Conta Própria



Estima-se que obter um CNPJ leva a um aumento dos rendimentos do trabalho em cerca de 12% ao final de um ano.

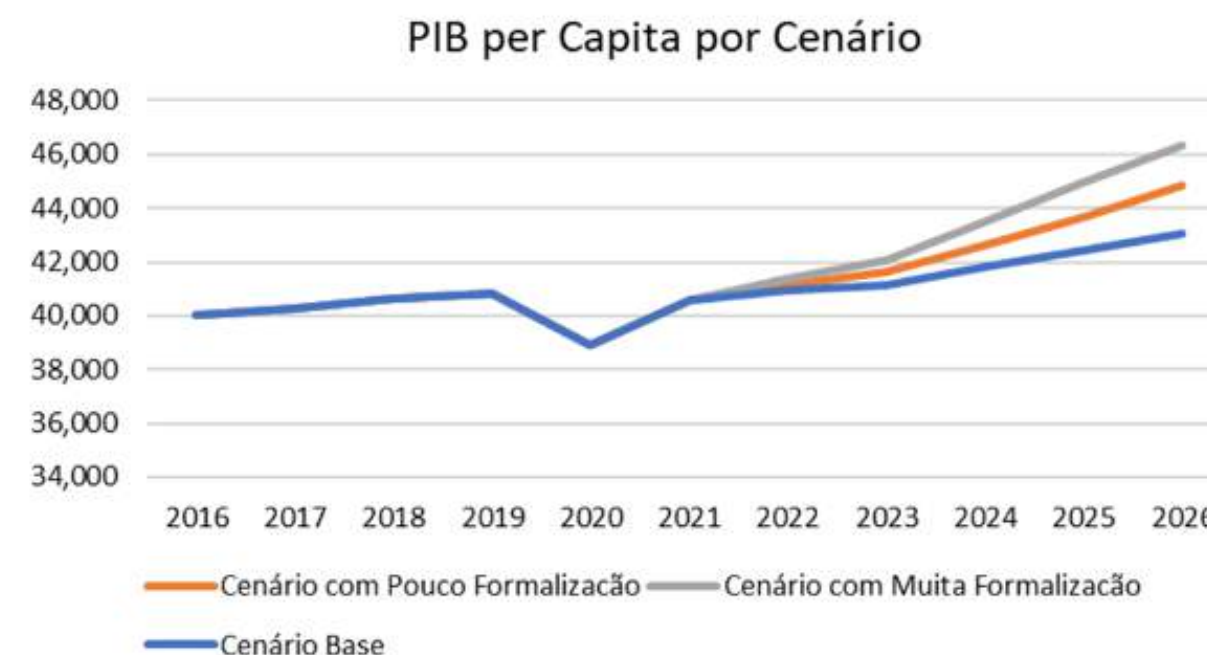
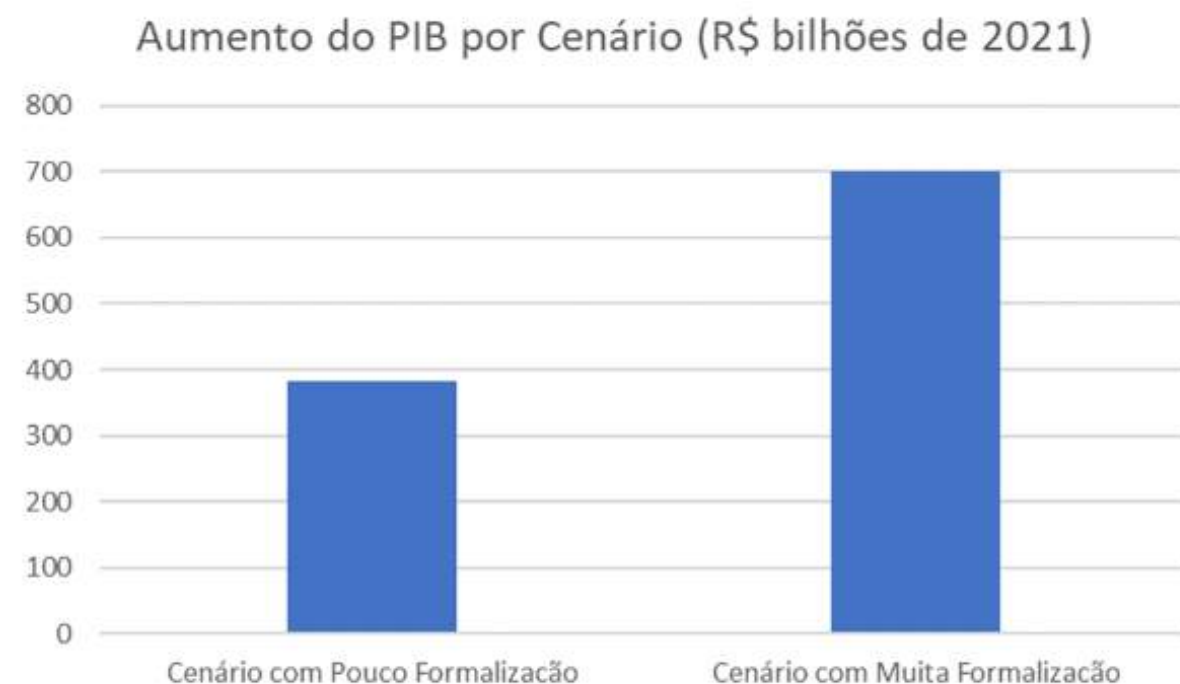
O aumento da formalização em um ponto percentual está associado a um alta de 0.74% do crescimento do PIB per Capita.

Projeções e cenários



- **Cenário Base:** Ocupados por Conta Própria com CNPJ passam de 25% do total para 45%, seguindo tendência recente.
- **Cenário 2:** Ocupados por Conta Própria com CNPJ passam de 25% do total para 50%, com 1,5 milhão destes microempreendedores formalizados.
- **Cenário 3:** Ocupados por Conta Própria com CNPJ passam de 25% do total para 55%, com 2,5 milhões destes microempreendedores formalizados.

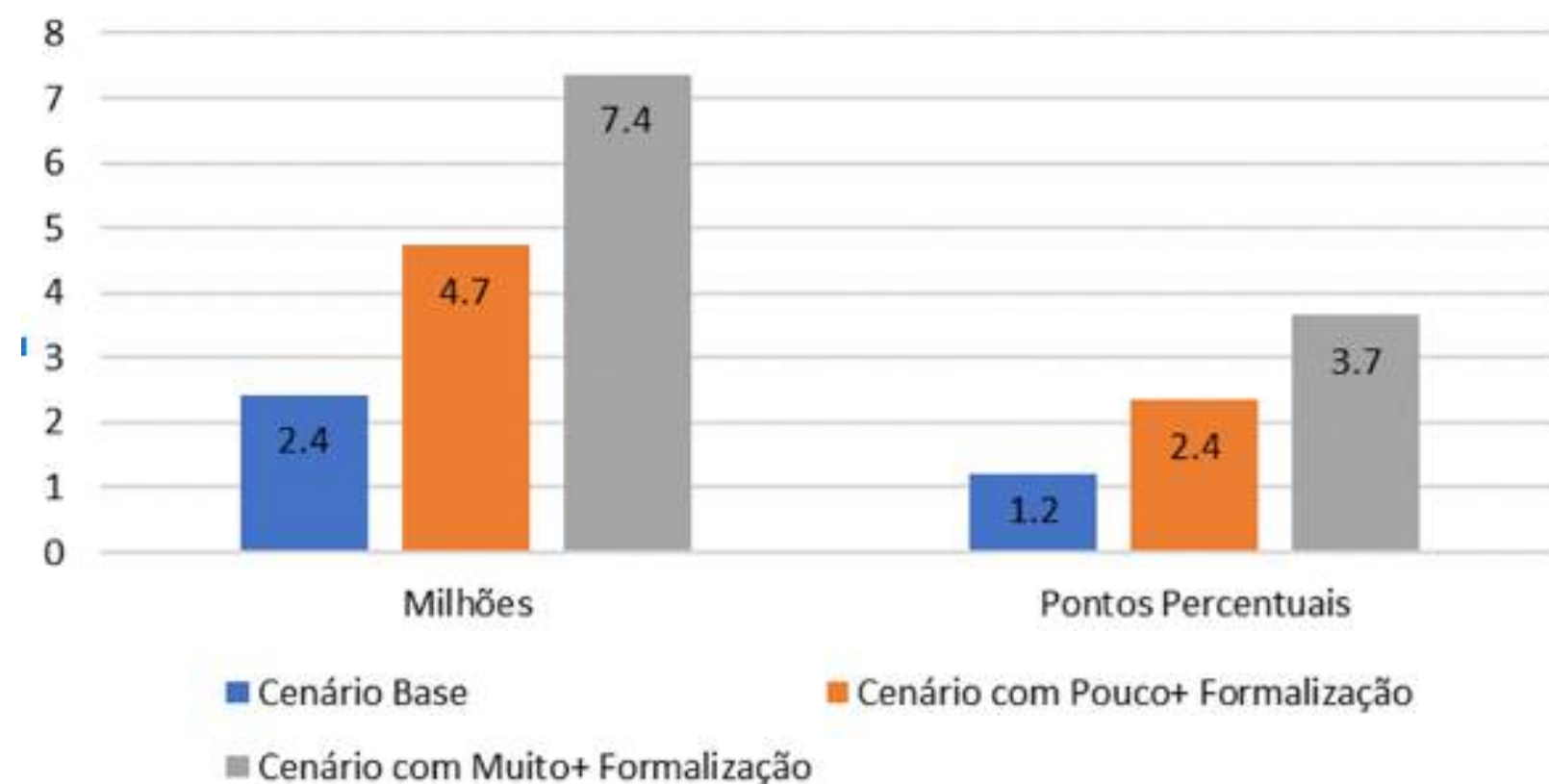
RESULTADOS



- Com pouco mais formalização, o PIB per Capita, em 2026, estaria 4,5% maior do que no cenário base. O crescimento acumulado no período passaria de 6,1% para 10,5%.
- Com muito mais formalização, o PIB per Capita, em 2026, estaria 8% maior do que no cenário base. O crescimento acumulado no período passaria de 6,1% para 14,2%.
- Essas políticas gerariam um PIB total maior, respectivamente, em R\$390 bi e R\$700 bi, até 2026.

Efeito sobre pobreza

Efeito da maior formalização



- O percentual da população abaixo da linha da pobreza, com um pouco de mais formalização, passaria de 25,5% para 24,3%, tirando mais de 2,3 milhão de brasileiros a mais desta condição.
- No cenário com muito mais formalização, o percentual da população abaixo da linha da pobreza passariam para 23,0%, tirando mais de 4,9 milhões de brasileiros nessa condição.



**Formalização
não é o suficiente!**

Formalizar microempreendedores é um desafio complexo, social e econômico. Entendemos que a formalização precisa estar atrelada a:

- **Capacitação de microempreendedores e microempreendedoras**
- **Apoio técnico para o desenvolvimento de seus negócios**
- **Apoio do ecossistema local ao microempreendedores**
- **Políticas públicas direcionadas para este público**

Estas soluções tornam realidade as projeções apresentadas neste documento: só conseguimos formalizar mais microempreendedores, diminuir a pobreza entre este público e aumentar o PIB per capita se houver mais políticas públicas e mais apoio ao microempreendedorismo no Brasil.

As propostas que serão apresentadas a seguir têm como foco **25 MILHÕES** de cidadãos e cidadãs: os microempreendedores e microempreendedoras **COM e SEM CNPJ.**



Destes números

- 6 milhões possuem CNPJ
- 10 milhões estão no Cadastro Único
- Dos 25 milhões de trabalhadores informais: 34% são mulheres e 54% são negros

TOTAL DE 25 MILHÕES, 26% DA POPULAÇÃO OCUPADA

Esses dois tipos de informais são justamente aqueles que são invisíveis aos olhos do Poder Público e que precisam de apoio para que seus negócios prosperem.





Dessa forma, iremos trabalhar propostas para melhorar as condições de trabalho e de vida de 25 milhões de pessoas:

Pessoas em situação de subsistência que buscam se inserir no mundo do trabalho

Pessoas que têm potencial produtivo e buscam estabelecer um negócio

Com ou sem CNPJ/MEI = 25 milhões de microempreendedores

DOS 13 milhões de MEIs, parte é inativo, ou profissionais liberais que precisam de menos apoio para que os seus negócios prosperem.

Foto: Aliança Empreendedora



7

**PROPOSTAS DE IMPACTO
PARA O ECOSSISTEMA
PARA AS ELEIÇÕES**

1

Identificação e Jornada do Microempreendedor

Incluir os empreendedores informais nas bases de dados. Criação de uma jornada definindo os tipos de empreendedores informais existentes, suas necessidades, e o ciclo de apoio do Poder Público.

2

Rede Nacional de Apoio ao Ecossistema Empreendedor

Com o apoio do Sebrae, do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa, e das Coordenações Estaduais, da CONAMPE e da COMICRO, criar um ecossistema de fomento às organizações sociais locais que apoiam o microempreendedor.

3

Revisão da Política de Inclusão Produtiva no ACESSUAS

Propor melhorias no Programa ACESSUAS-TRABALHO para garantir sua execução orçamentária e bons resultados de integração entre as políticas de assistência e o empreendedorismo

4

Pilotos de integração entre Inclusão Produtiva e Assistência

Incentivar estratégias de integração entre assistência e inclusão produtiva nos municípios brasileiros, para gerar aprendizado de como a coordenação intersetorial de secretarias pode se articular para atender o microempreendedor informal.

5

Modelo de Transição com as Políticas de Proteção

Política justa de transição do informal para o formal, resguardando os direitos sociais previstos (seguro desemprego, auxílio Brasil, aposentadoria, etc).

6

Microcrédito Produtivo Orientado para Mulheres

Política de crédito produtivo orientado (com o papel de um agente de crédito), viabilizado em uma trilha de capacitação em gestão financeira e uso consciente do crédito.

7

Pacote de Sugestões para a Distribuição do Microcrédito, ampliando o ecossistema

Discutir sobre as barreiras de operacionalização sob a perspectiva das Instituições para os distribuidores, o uso de fundos garantidores e depósitos compulsórios para a ampliação do microcrédito.

UM CAMINHO DE APOIO AO MICROEMPREENDEDORISMO NO BRASIL

As sete propostas fazem parte de um percurso de apoio ao microempreendedor e à microempreendedora. Destrinchamos este caminho a seguir.

Identificação e jornada do microempreendedor
Proposta 1

Fortalecer o ecossistema empreendedor
Proposta 2

Políticas de Apoio e Incentivo
Propostas 3, 4 e 5

Microcrédito Produtivo Orientado
Propostas 6 e 7

Foto: Aliança Empreendedora



Proposta

1

Identificação e Jornada do Microempreendedor

Incluir os empreendedores informais nas bases de dados. Criação de uma jornada definindo os tipos de empreendedores informais existentes, suas necessidades, e o ciclo de apoio do Poder Público.



Identificação e Jornada do Microempreendedor

A campanha Todos Podem Empreender acredita na criação de uma jornada que defina os tipos de empreendedores informais existentes, suas necessidades, e o ciclo de apoio do Poder Público.



PROBLEMA

Dos 94 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, 44 milhões são informais. Não existem bases de dados adequadas e uniformes que mapeiem o informal, que se torna invisível para as políticas públicas.



IMPORTANCIA

Estima-se que obter um CNPJ leva a um aumento dos rendimentos do trabalho em cerca de 12% ao final de um ano.



PROPOSTA

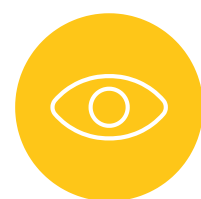
A identificação e a inclusão de 26% da população brasileira nas bases de dados do governo federal, com a finalidade de inserir esses cidadãos no mundo do trabalho através de políticas públicas desenhadas com base nas suas necessidades.

Identificação e Jornada do empreendedor informal

19 milhões de pessoas empreendem na informalidade

Governo Digital, moderno e com todos os serviços no portal Gov.br

Informais, população não bancarizada e sem acesso a serviços públicos. Isso não é um governo moderno. Isso é um governo que exclui 34 milhões de brasileiros.



Eu, informal, preciso ser visto pelo Poder Público.

Somos os 34 milhões de brasileiros que não são bancarizados e, por isso, não conseguimos obter um cadastro confiável no Portal Gov.br nem mesmo obter políticas públicas voltadas para a nossa realidade. Somos invisíveis para o Poder Público.

Dados extraídos de:
<http://glo.bo/3LbfXQe>

É importante sermos incluídos nos Bancos de Dados do Governo





Hoje temos a oferta de diversos serviços e produtos para os empreendedores. Porém, estão todos desconectados.

É preciso conectar as ofertas de serviços e produtos de acordo com o estágio de maturidade do empreendedor.



Aqui nós temos 3 linhas de crédito. Qual você quer?



Aqui não, mas temos crédito.

Olá! Estou pensando em ter meu próprio negócio.



Mas eu ainda não me sinto pronto. Existem cursos para eu poder entender melhor como funciona ter o próprio negócio?



Para onde eu vou? Quem devo procurar?



É preciso conectar o empreendedor com os serviços de acordo com a sua jornada, criando uma rede de oportunidades para o cidadão e para o município.



Identificação do empreendedor informal

POR QUE FAZER ISSO?

Atualmente existe uma enorme dificuldade em identificar quem são os cidadãos que desenvolvem atividades econômicas de modo informal.

A falta de base de dados sobre essa parcela da população inviabiliza diversas Políticas Públicas e, em consequência, acaba por gerar baixa produtividade e rendimento a essa parcela da população.

Ao mesmo tempo, a identificação desses informais apresenta uma oportunidade para o governo federal, uma vez que com a digitalização dos serviços públicos esses cidadãos não podem ficar esquecidos.

QUAIS OS CASOS DE SUCESSO?

Na cidade de Americana/SP a municipalidade identificou a necessidade de mapear quem eram os cidadãos que exerciam atividades informais. A necessidade foi identificada pois o mapeamento e a identificação desses cidadãos seria essencial para que o município pudesse entender as reais carências dessa parcela da população e, assim, promover políticas públicas mais adequadas.

O QUE É O PROGRAMA?

O programa seria a identificação dos cidadãos que exercem atividade informal por subsistência e com potencial produtivo.

A partir disso, é possível integrar os diversos serviços onde o empreendedor informal consiga fácil acesso às ofertas em forma de jornada, conseguindo ver e participar de possibilidades em cada etapa.

COMO FAZER ACONTECER?

Através da atualização do CadÚnico e do cruzamento de dados do Governo Digital será possível identificar os cidadãos que exercem atividades informais e incluí-los na economia produtiva do país.

Será importante incluir duas variáveis no CadÚnico: 1. Ocupados por conta própria: quais as atividades exercem; 2. Quem é MEI.

Neste sentido, também é importante incluir uma pergunta no questionário aplicado pelas assistentes sociais para verificar a atividade que o cidadão exerce.

Mapeamento dos Informais

A pandemia de Covid-19 foi a responsável por mostrar ao governo que muitos cidadãos eram invisíveis. Nesse contexto, vivenciamos um momento onde inúmeras pessoas se inscreveram no Cadastro Único em busca de auxílios emergenciais por estarem impossibilitados de exercerem sua atividade devido ao período de isolamento.

No entanto, ao mesmo tempo que o número de cadastrados em programas sociais só aumenta, nenhuma política de identificação de atividades que esses cidadãos fazem ou podem vir a desenvolver é feita. Porém, não identificando esses aspectos, políticas de inclusão produtiva não podem ser realizadas, situação que inviabiliza a inclusão produtiva desses cidadãos na economia.

Hoje o Brasil conta com 20,2 milhões de cidadãos inscritos no cadastro, sendo que somente entre os meses de julho e agosto de 2022 foram 2,2 milhões de famílias cadastradas, o que demonstra uma necessidade urgente de identificar e incluir essas pessoas no setor de atividade produtiva do país.

Uma recente pesquisa realizada pelo Data Favela revelou que dos 17, 1 milhões de habitantes de favelas no Brasil, **76% têm ou querem ter um negócio próprio**, sendo que **50% desses habitantes consideram-se empreendedores**. Porém, a pesquisa aponta que apenas **37% dos empreendedores com negócio próprio são formalizados com CNPJ**.

Tais ações de identificação da informalidade são de suma importância para a potencial geração de um aumento na produtividade da economia brasileira. Afinal, segundo pesquisa realizada pelo IPEA, esse setor movimenta aproximadamente 27% do PIB do Brasil.

Ademais, o Brasil, por ser signatário da OIT, também é responsável pela promoção de políticas públicas que contribuam com o trabalho decente, ou seja, criar políticas públicas onde seja possível a existência de condições dignas através das oportunidades de produção e geração de renda associadas aos princípios mínimos da proteção laboral. Dessa forma, mostra-se necessário formas de identificar esses cidadãos que estão na informalidade para poder incluí-los em políticas públicas que já existem. Tal identificação pode ocorrer através de duas formas: Atualização do Cadastro Único e cruzamento de dados do Governo Digital.

FONTES

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38545; <https://veja.abril.com.br/economia/favelas-brasileiras-76-dos-moradores-tem-ou-querem-ter-um-negocio/>

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/210910_publicacao_preliminar_nt_proposta_de_redacao.pdf

<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-brasil-inclui-2-2-milhoes-de-familias-chega-a-um-total-de-20-2-milhoes-e-zero-fila>

Mapeamento dos Informais

Cadúnico

Uma das formas de identificação pode ser feita através do próprio Cadúnico, uma vez que ele reúne dados sobre a população de baixa renda do país, sendo que atualmente, podem se cadastrar famílias cuja renda mensal total seja de até três salários mínimos ou de até meio salário por pessoa. O primeiro passo seria incluir dentro deste cadastro as atividades que os cidadãos exercem, seja na forma de subsistência, seja com potencial produtivo.

Porém, ao mesmo tempo, mostra-se necessário desenvolver métodos para que os inscritos em programas sociais, através do Cadúnico não percebem seus benefícios de forma automática simplesmente por declararem que exercem alguma atividade informal.

Portal Gov.br e digitalização dos serviços públicos

O Governo Federal, através do Gov.br vem buscando cada vez mais a digitalização de todos os serviços federais, visando uma melhoria na rapidez dos serviços, por meio de autenticações e procedimentos feitos inteiramente de forma eletrônica, bem como na segurança dos serviços.

Dessa forma, os cidadãos, como sujeitos dos serviços públicos, estão sendo inseridos nessa nova cultura de um governo digital. Por exemplo, o próprio Auxílio Brasil e Cadastro Único possuem hoje um aplicativo próprio para cada serviço; a Carteira de Trabalho também é inteiramente digital, bem como os benefícios do próprio Auxílio Brasil como o “Auxílio de Inclusão Produtiva” e o “SIM Digital” exigem que o cidadão possua uma conta digital.

De igual forma, o novo cartão do Auxílio Brasil funcionará na função “débito”, onde o cidadão não precisará mais sacar o valor integral do benefício de uma só vez, o que leva o cidadão a uma inclusão em um sistema de bancarização e digitalização dos serviços públicos.

Jornada do Empreendedor Informal

POR QUE FAZER ISSO?

Hoje já existem diversos serviços e políticas públicas voltadas ao empreendedor. Acontece que essas políticas não são acessadas por grande parcela da população.

Dessa forma, é necessário que o empreendedor tenha acesso a todos os serviços disponíveis de forma integrada, uma vez que hoje esses serviços não são inclusivos.

QUAIS OS CASOS DE SUCESSO?

Jornada Empreendedora SEBRAE:

A plataforma mapeia em que estágio o empreendedor que ainda não se formalizou está (desenvolvendo seu produto, aprendendo a vender, próximo de se formalizar); e oferece capacitações a partir do estágio de evolução onde está o empreendedor.

O QUE É O PROGRAMA?

Elaboração de uma jornada de mapeamento do percurso que um empreendedor faz para abrir um negócio;

A partir disso, é possível integrar a centralização de Serviços onde o empreendedor informal consiga fácil acesso a todos os serviços oferecidos na forma de jornada, para que o mesmo possa navegar pelos serviços existentes em cada etapa.

COMO FAZER ACONTECER?

Através de oficinas de mapeamento da jornada do empreendedor informal, com o apoio de metodologias de design thinking para serviços públicos.

A partir do mapeamento da jornada, é possível trazer mais serviços dentro do aplicativo, com a finalidade do cidadão poder ter todos os serviços concentrados em um só local.

Jornada do Empreendedor Informal

DIGITALIZAÇÃO DO GOVERNO

gov.br

Hoje o Governo Federal busca a digitalização de 100% dos serviços públicos, mas será que aqueles cidadãos que estão na informalidade estão sendo incluídos nessa política?

O que poderia ser feito para a melhoria da experiência dos cidadãos informais junto aos serviços públicos neste processo de digitalização?

Ministério da Economia registra 80% de digitalização em serviços do governo

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2022/08/ministerio-da-economia-registra-80-de-digitalizacao-em-servicos-do-governo.shtml>

Brasil ocupa a 16ª posição em índice de digitalização do governo da OCDE

Fonte: <https://brazillab.org.br/noticias/brasil-ocupa-a-16a-posicao-em-indice-de-digitalizacao-do-governo-da-ocde>

Jornada do Microempreendedor

DIGITALIZAÇÃO DO GOVERNO

34 milhões de brasileiros ainda não têm acesso a bancos no país

A ampliação do acesso a contas bancárias durante a pandemia ocorreu de forma simultânea à expansão do montante de papel moeda em poder do público. Os 10% de brasileiros sem conta em banco são, majoritariamente do interior, mulheres, mais jovens (entre 18 e 29 anos), das classes D e E e menos escolarizados (com formação até o Ensino Fundamental)

Fonte: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2021/04/27/34-milhoes-de-brasileiros-ainda-nao-tem-acesso-a-bancos-no-pais.ghtml>

A Estratégia de Governo Digital 2020-2022, estabelece a meta de digitalizar 100% dos serviços públicos até o final de 2022. Hoje, dos 4841 serviços disponíveis no portal Gov.Br, 84% já são oferecidos de forma digital.

Acontece que com a digitalização dos serviços também surgem problemas e, um dos maiores deles, é o acesso à essa tecnologia: para conferir a confiabilidade de um cadastro digital, o portal Gov.br classifica o cadastro dos cidadãos através de selos, como bronze, prata e ouro.

Sô que para se obter segurança no cadastramento, o portal exige dados como token ou identidade bancária digital, situação que acaba por excluir grande parcela da população. Algo para se considerar e buscar saídas!

Jornada do Microempreendedor

DIGITALIZAÇÃO DO GOVERNO

CADASTRO
ÚNICO

Em março de 2022 foi lançado o aplicativo do CadÚnico.

No momento, o aplicativo disponibiliza o serviço de autocadastramento (mas é preciso validar presencialmente), mapa georreferenciado com os pontos de atendimento mais próximos aos cidadãos, extrato dos benefícios, notificações e atendimento 24h por meio da assistente virtual.

O que pode mudar

- Trazer mais serviços dentro do aplicativo, inclusive os relacionados ao trabalho, com a finalidade do cidadão poder ter todos os serviços concentrados em um só local;
- Incluir variáveis de mapeamento de interesse do cidadão do CadÚnico;
- Incluir serviços essenciais já existentes do Sebrae, como a Jornada Empreendedora, que possibilita o cidadão se conhecer melhor ao ponto de entender se o empreendedorismo faz sentido para ele;
- Incluir no cadastro único o mapeamento, se o usuário já é MEI.

Jornada do Microempreendedor

MODELO DE JORNADA EMPREENDEDORA - SEBRAE



Foto: Aliança Empreendedora



Proposta

2

Rede Nacional de Apoio ao Ecossistema Empreendedor

Com o apoio do Sebrae, do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa, e das Coordenações Estaduais, da CONAMPE e da COMICRO, é possível criar um ecossistema de fomento às organizações sociais locais que apoiam o microempreendedor.

Rede Nacional de Apoio ao Ecossistema Empreendedor

A campanha Todos podem Empreender acredita que é preciso criar um ecossistema de fomento às organizações sociais locais que apoiam o microempreendedor. Afinal, falta suporte e linguagem adequada para orientar e apoiar as populações mais vulneráveis a empreender. O microempreendedor não formalizado é o que mais precisa de uma rede de apoio local para que possa desenvolver seu negócio.



PROBLEMA

O perfil socioeconômico da maioria formalizada como MEI parece não se enquadrar nas características do público-alvo para o qual a política pública foi originalmente criada: microempreendedores de baixa renda que precisam de inclusão social.



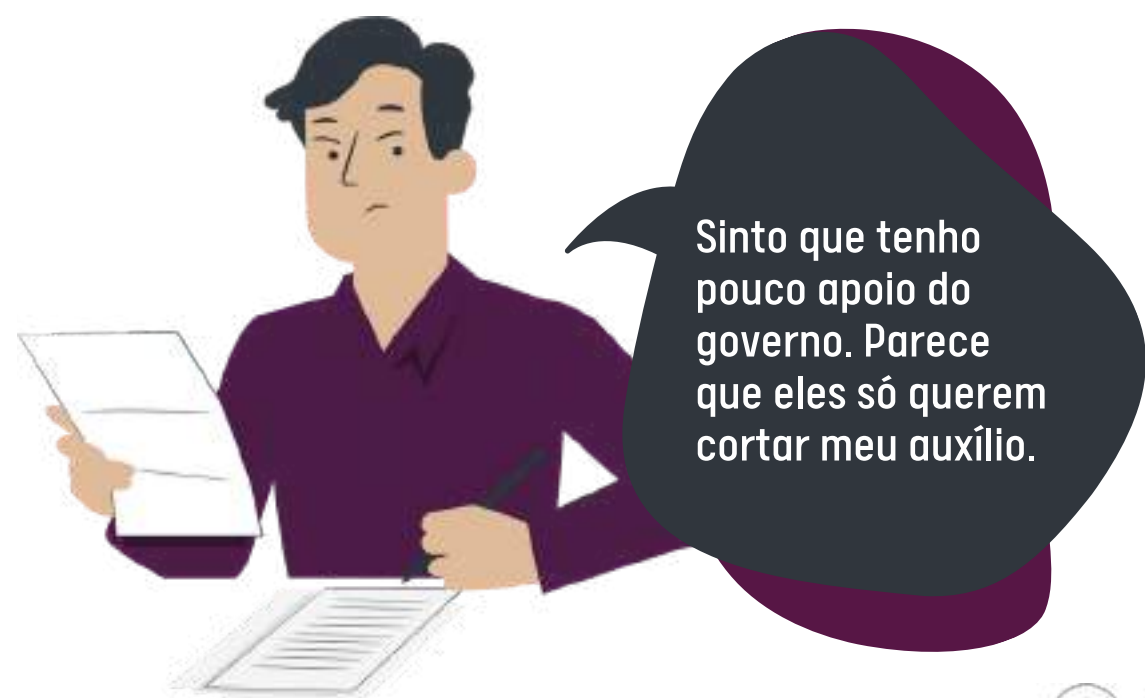
IMPORTANCIA

Falta suporte e linguagem adequada para orientar e apoiar as populações mais vulneráveis a empreender. O microempreendedor não formalizado é o que mais precisa de uma rede de apoio local para que possa desenvolver seu negócios

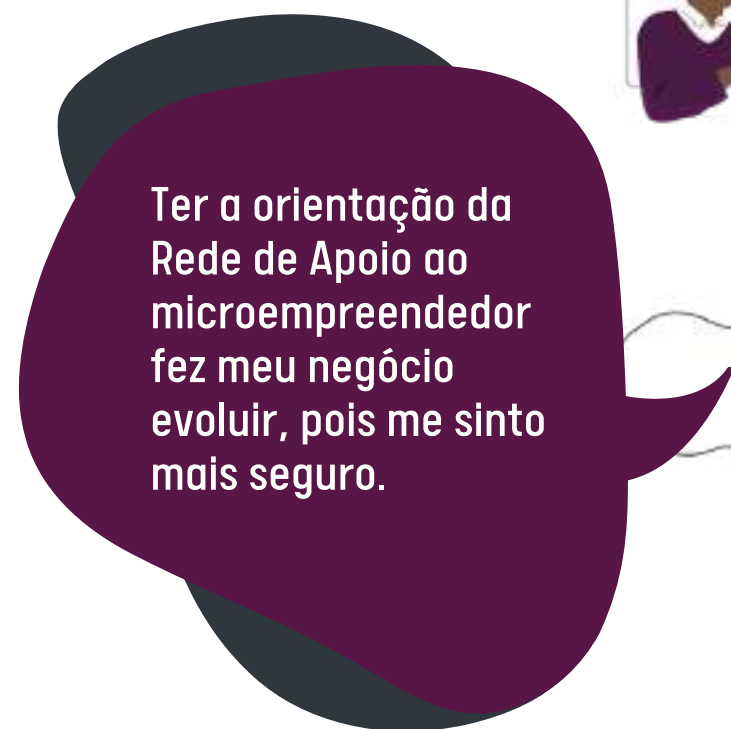


PROPOSTA

Propor a construção, validação e implementação de estratégias de comunicação assertivas que sejam acessíveis aos empreendedores individuais, microempreendedores, empreendedores de pequeno porte e também empreendedores informais. Para tanto, propõe a implementação/reativação de Fóruns Regionais de apoio ao microempreendedor que integre os esforços de CONAMPE, Comicro, Sebrae e Fórum Permanente, com apoio de organizações sociais que podem aderir a este sistema nacional.



Sinto que tenho pouco apoio do governo. Parece que eles só querem cortar meu auxílio.



Ter a orientação da Rede de Apoio ao microempreendedor fez meu negócio evoluir, pois me sinto mais seguro.




É preciso fortalecer o ecossistema empreendedor

É EXTREMAMENTE URGENTE QUE SE CRIE UMA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO ADEQUADA PARA QUE OS MICROEMPREENDEDORES POSSAM ENTENDER MELHOR O SISTEMA DE APOIO QUE EXISTE A ELES.

78% DOS MICROEMPREENDEDORES TÊM NA SUA ATIVIDADE EMPREENDEDORA A ÚNICA FONTE DE RENDA!

Fonte: Atlas do Sebrae 50 anos, 2022



E por que não um mapeamento do Apoio ao Microempreendedor Brasileiro?

Para que este sistema aconteça, propomos um mapeamento de apoio ao microempreendedor brasileiro, com o objetivo identificar e evidenciar as organizações públicas, privadas e mistas que apoiam a criação e/ou o fortalecimento de microempreendimentos no país. Por meio de uma plataforma virtual, os microempreendedores, apoiadores e demais atores do ecossistema podem se reconhecer, conectar, colaborar e coordenar esforços para fortalecer o setor de microempreendedorismo no Brasil.

Ainda sobre esta proposta: Rede de Apoio ao Microempreendedor

POR QUE FAZER ISSO?

Pequenos negócios geram renda de R\$ 416 bilhões por ano (SEBRAE, 2022).

No período de um ano, os microempreendedores Individuais sozinhos injetam R\$ 136 bilhões na economia brasileira (SEBRAE, 2022).

A maioria dos MEI (78%) têm na sua atividade como empreendedor a única fonte de renda, ou seja, do universo de 15,3 milhões de empreendedores em atividade no Brasil, existem 11,5 milhões que dependem da sua atividade empresarial como única fonte de renda (SEBRAE, 2022).

QUAIS OS CASOS DE SUCESSO?

A Aliança Empreendedora, através do seu trabalho de base concluiu, entre outras coisas, que ainda há muitos mitos e barreiras envolvendo o MEI e que a informação que não chega clara na ponta fortalece desconfianças e gera o afastamento entre aqueles que empreendem, ou querem empreender, e o ecossistema de apoio.

Um trabalho mais focado e ao lado do empreendedor de base demonstrou benefícios visíveis, da mesma forma que possibilitou a colheita de dados que são de extrema importância para a formulação de políticas públicas.

O QUE É O PROGRAMA?

Com o apoio do Sebrae, do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa, e das Coordenações Estaduais e da CONAMPE, COMICRO, criar um ecossistema de fomento às organizações sociais locais que apoiam o microempreendedor.

Este ecossistema teria uma série de atividades como capacitações, troca de experiências e Fórum Regionais de fomento ao ecossistema local.

COMO FAZER ACONTECER?

Incluir variáveis de mapeamento de interesse do microempreendedor do CadÚnico;

A partir do mapeamento de interesses, revisar as políticas de apoio local ao microempreendedor;

Apoiar a criação de Fóruns Regionais de apoio do microempreendedor em toda as regiões do País;

Criar um modelo de adesão das organizações sociais às coordenações regionais, e desenvolver planos de trabalho e capacitações.

Foto: Aliança Empreendedora



Políticas de Apoio e Incentivo Integradas

É possível, por exemplo, integrar a inclusão produtiva, potencializar o Acesso ao Trabalho e criar modelos de transição para proteção social com foco no desenvolvimento

Bom dia, senhora! Procurei o CRAS para atendimento, infelizmente não puderam me ajudar... mas minha vinda aqui é para saber se posso abrir um CNPJ, mesmo sendo beneficiário do Bolsa Família e outros benefícios do governo?

Bom dia, Sr. José. A abertura de CNPJ para beneficiários de programas sociais pode acarretar um corte do benefício.



SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Bom dia, Dra. Joana! Estou montando uma vendinha de tapioca e bolo na minha casa... coisinha pequena, de início... vocês teriam algum tipo de apoio, curso ou orientação para me ajudar?

Bom dia, Sr. José! Infelizmente, NÃO dispomos de estrutura e nem pessoal capacitado para esse tipo de apoio, sentimos muito! Você já procurou a Sala do Empreendedor?



CRAS

Bom dia, senhor! Poderia me informar o número do seu CNPJ?

Senhor, infelizmente só conseguimos atender empreendedores formalizados que tenham um CNPJ.

Bom dia! Estou trabalhando vendendo salgados. Preciso de apoio para calcular quanto eu gasto e quanto eu ganho no final. Pode me ajudar?

Olha, não tenho CNPJ, pois minhas vendas são poucas e tenho receio de não receber o Auxílio Brasil.



SALA DO EMPREENDEDOR

Proposta

3

Revisão da Política de Inclusão Produtiva no ACESSUAS

Propor melhorias no Programa ACESSUAS-TRABALHO para garantir sua execução orçamentária e bons resultados de integração entre as políticas de assistência e o empreendedorismo.

Revisão da Política de Inclusão Produtiva no ACESSUAS

Propomos melhorias no Programa ACESSUAS-TRABALHO para garantir sua execução orçamentária e bons resultados de integração entre as políticas de assistência e o empreendedorismo.



PROBLEMA

Existe a devolução de recurso vindo do Programa Acessuas Trabalho, bem como a existência de barreiras na interlocução de atores para o desenvolvimento do Programa devido a falta de intersectorialidade.



IMPORTANCIA

É um recurso que já existe que pode ser utilizado para o desenvolvimento da inclusão produtiva e estímulo ao trabalho no âmbito da Assistência Social.



PROPOSTA

Piloto de Desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para implementação de Sistemas de Inclusão Produtiva Locais dentro do ACESSUAS. Capacitação e Apoio para a Assistência Social.

*Hoje o Brasil conta com 20,2 milhões de cidadãos inscritos no CadÚnico, sendo que somente entre os meses de julho e agosto de 2022 foram 2,2 milhões de famílias cadastradas. São novos cidadãos que passaram a utilizar os serviços da Assistência Social, devido ao cenário econômico nacional e que podem ser beneficiados através do Programa.

Revisão da Política de Inclusão Produtiva no ACESSUAS

POR QUE FAZER ISSO?

Em contato com assistentes sociais municipais identificamos que o Programa ACESSUAS Trabalho da Assistência Social possui um recurso alto que não está sendo executado devido a necessidade de interlocução com outros setores do município para a concretização do Programa.

Tal situação impossibilita a utilização da verba monetária para o desenvolvimento da Inclusão Socioprodutiva dentro dos órgãos da Assistência Social.

QUAIS OS CASOS DE SUCESSO?

Comissão Intersetorial Municipal no Programa Acessuas Trabalho - Itapevi/SP

Plano Municipal de Inclusão Produtiva - Bauru/SP

O QUE É O PROGRAMA?

A proposta é desenvolver mecanismos para auxiliar o município na implementação do Programa, para que o recurso federal não seja devolvido, através da testagem de pilotos que integram a Assistência Social e Inclusão Produtiva, além de propor uma metodologia de articulação intersetorial com a rede de Organizações sociais da Sociedade Civil para o desenvolvimento de oportunidades de capacitação e inclusão dos cidadãos vulneráveis para o microempreendedorismo.

COMO FAZER ACONTECER?

É possível fazer pilotos de Desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para implementação de Sistemas de Inclusão Produtiva Locais em 10 municípios, além do treinamento de facilitadores da Assistência e/ou Sebrae e a implementação e avaliação.

Os critérios para escolha do município participante podem ser a diversidade regional, o interesse em aderir ao Piloto e o porte do município.

Pode melhorar: como promover o acesso dos usuários do Acessuas Trabalho às oportunidades de inclusão produtiva presentes no território?

O Programa Acessuas Trabalho tem como objetivo geral “Promover a integração dos usuários da Política de Assistência Social ao mundo do trabalho por meio da articulação, identificação, sensibilização, desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho.” Conforme Resolução no 25, de 15 de dezembro de 2016. São ações do Programa:

- a) articular com as políticas públicas setoriais a fim de mapear as oportunidades presentes no território;
- b) identificar, mobilizar, sensibilizar e encaminhar os usuários para o acesso ao Programa;
- c) integrar as ações do PAIF;
- d) realizar oficinas temáticas para desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho;
- e) analisar as potencialidades, saberes e áreas de interesse do usuário em relação ao mundo do trabalho;
- f) articular as ações do Programa com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas;
- g) encaminhar o usuário para as oportunidades do mundo do trabalho;
- h) monitorar o percurso do usuário no mundo do trabalho integrado aos serviços socioassistenciais;
- i) registrar as ações realizadas.

PROPOSTA DE MELHORIA

- 1 - Piloto de Desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para implementação de Sistemas de Inclusão Produtiva Locais em 10 municípios;
- 2 - Treinamento de facilitadores da Assistência e/ou Sebrae;
- 3 - Implementação e avaliação. Avaliar expansão do piloto para 50 municípios.

A proposta é desenvolver um modelo de Piloto para auxiliar o município na implementação do Programa, para que o recurso federal não seja devolvido.

Critérios para escolha do município participante: diversidade regional, interesse em aderir ao Piloto e porte do município.

Considerando as ações previstas no programa, nota-se a necessidade de articulação com outros órgãos e entidades da administração pública. É necessária uma integração interdisciplinar para que o programa cumpra com seu objetivo.

Revisão do Acessuas Trabalho

OBJETIVOS

1. Diagnóstico sobre o cenário das políticas públicas de inclusão produtiva em 10 Municípios.
2. Desenvolvimento de uma metodologia de apoio e orientação, envolvendo as experiências identificadas, com foco na potencialização das políticas de inclusão produtiva.
3. Treinamento de assistentes sociais e/ou Sebrae para trabalharem com a temática de inclusão produtiva.
4. Posterior aplicação do Piloto para os demais municípios.

RESULTADOS

- Atualização do Diagnóstico dos desafios para a implementação do ACESSUAS.
- Desenvolvimento de novas metodologias e arranjos para implementação do ACESSUAS.
- Publicação da avaliação dos pilotos implementados.
- Revisão programática e metodológica do ACESSUAS.

Piloto de desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para implementação de Sistemas de Inclusão Produtiva Locais em 10 municípios

A fim de entregar uma metodologia que responda às necessidades dos cidadãos e do Acesso ao Trabalho, é necessário ouvir todos os órgãos intersetoriais envolvidos na política pública. Para isto deverá ser realizado um primeiro diagnóstico em 10 municípios, para levantar perfil e necessidades dos usuários do CadÚnico, bem como identificar os principais atores no ecossistema empreendedor local. Neste momento também serão mapeadas as principais políticas públicas e iniciativas presentes nas localidades. Após esta etapa serão realizados 10 workshops, em formato híbrido (semi-presencial), de escuta e Co-construção de uma jornada de apoio a este cidadão. Nestes workshops esperamos envolver os seguintes públicos:

- Prefeitura
- Centros de Referência da Assistência Social e demais entidade do Sistema Único de Assistência Social
- Escritório Regional do SEBRAE
- Demais Instituições do Sistema S (SENAI, SENAC e SENAR)
- Organizações voltadas a inclusão produtiva e capacitação técnica
- Organismos Internacionais ligados à temática no local

O workshop tem como objetivo levantar informação qualitativa sobre os cidadãos que estão cadastrados no CadÚnico da região, seu perfil e necessidades, bem como busca entender a dinâmica local de apoio a estes cidadãos a partir das organizações na ponta, e assim entender como a Municipalidade pode se posicionar e capacitar para melhor apoiar e orientar este público específico. Além disso, a escuta visa incluir inputs relevantes deste atores para a construção da Metodologia de apoio e orientação que será construída próxima fase.

A partir de cada workshop, é estruturado um documento que apresenta uma síntese das discussões realizadas, relatando: problemas observados, soluções propostas, demandas das instituições e visão de futuro (2030). O documento será disponibilizado para instituições que tenham interesse em contribuir com a agenda, além de servir de instrumento de discussão da oficina.

Treinamento de facilitadores da Assistência e/ou Sebrae

A partir do processo de escuta realizado na 1ª fase, deverá ser desenvolvida uma metodologia de apoio e orientação para o público do Cadastro Único, com conteúdo e linguagem adaptada à sua realidade e necessidades. A ideia é que seja uma metodologia simples e de fácil replicação, e possa ser aplicada pela Assistência Social, bem como pelos demais órgãos da prefeitura, assim como o Sebrae e demais parceiros.

O processo de construção se dará por meio de um workshop onde serão definidas as personas, os objetivos de desenvolvimento dos cidadãos, e a jornada de capacitação e orientação, e o conteúdo. Neste processo algumas pessoas chave, que participaram da 1ª Fase, podem ser convidadas a participar também do processo de construção.

Após a definição do conteúdo e o formato como será entregue, são desenvolvidos os conteúdos, manuais, cartilhas, guias etc, e serão preparados para a primeira aplicação teste em 10 Municípios.

Com a metodologia em mãos, deverá ser feito o treinamento de facilitadores e treinar 10 a 20 consultores da Assistência Social e/ou Sebrae para acompanhar a aplicação-teste.

Implementação e avaliação

Mobilização - A mobilização será realizada pelos CRAS e Município, diretamente nos pontos de atendimento. Também poderá ser feita pelos próprios pontos de atendimento do Sebrae ao empreendedor no local.

Avaliar expansão do piloto para 50 municípios; avaliação para melhoria na execução orçamentária e coordenação do programa.

Porém, caso o Município não se interesse em aplicar o modelo do Piloto do Acessuas Trabalho, existem outras estratégias para integrar a Assistência Social e a Inclusão Produtiva que são apresentadas na proposta a seguir...

É de suma importância que o Município possa escolher alguma das integrações propostas.

O aumento dos usuários do Cadúnico, e portanto, alvos prioritários dessas políticas públicas aumentaram demasiadamente devido ao atual cenário de crise econômica nacional.

Portanto, é essencial criar oportunidades para esse público.

Foto: Aliança Empreendedora



Proposta

4

Pilotos de integração entre Inclusão Produtiva e Assistência

Incentivar estratégias de integração entre assistência e inclusão produtiva nos municípios brasileiros, para gerar aprendizado de como a coordenação intersetorial de secretarias pode se articular para atender o microempreendedor informal.

Pilotos entre Assistência e Inclusão Produtiva

Pautamos que as políticas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) passem a apoiar o informal, por meio da inclusão produtiva e estímulo ao empreendedorismo, fortalecendo e desenvolvendo sua autonomia como cidadão.



PROBLEMA

Na teoria, Inclusão Produtiva e Assistência estão integradas. Existe uma Secretaria de Inclusão Produtiva no Ministério da Cidadania e iniciativas de convergência. Entretanto, na prática, há pouco recurso para investimento na Assistência, e é preciso ampliar as experiências de integração entre essas esferas.



IMPORTÂNCIA

A integração entre Assistência e Inclusão Produtiva pode gerar apoio para 10 milhões de trabalhadores vulneráveis que estão no CadÚnico.



PROPOSTA

Propor que as políticas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) passem a apoiar o informal, por meio da inclusão produtiva e estímulo ao empreendedorismo, fortalecendo e desenvolvendo sua autonomia como cidadão.



Detalhamento – Pilotos entre Assistência e Inclusão Produtiva

O QUE É O PROGRAMA?

Estratégia para promover o desenvolvimento econômico-social dos municípios, inserindo de forma mais efetiva o tema da inclusão produtiva no radar de atuação da assistência social, assegurando que empreendedores potencialmente produtivos sejam capazes de gerar sua própria renda de maneira digna e estável, superando processos crônicos de exclusão social, com apoio de uma estrutura local de estímulo, orientação, capacitação e legalização do seu empreendimento, fortalecendo a economia.

COMO FAZER ACONTECER?

1ª ETAPA

- Diagnóstico da Realidade Local.
- Mobilização de Atores do Ecossistema.

2ª ETAPA

- Definição da estratégia de integração: aspectos técnicos, estruturais, financeiros e operacionais.

3ª ETAPA

- Implementação, monitoramento, avaliação e sistematização.

EVIDÊNCIAS

A INCLUSÃO PRODUTIVA COMO EIXO DE POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL: CONTEXTO LATINOAMERICANO E QUESTÕES PARA A REALIDADE BRASILEIRA.

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020.

BOAS PRÁTICAS

- De informal a empresário legal: a Sala do Empreendedor inserida no CRAS.
<https://saladoempreendedor.pontagrossa.pr.gov.br/>
- Criação de Coordenadorias de Inclusão Produtiva junto à Assistência Social:
https://assistenciasocial.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/19/2022/01/Estrutura_Organizacional-UA1700.pdf



Pode melhorar: ampliar a atuação da Sala do Empreendedor, enquanto espaço para qualificar, orientar e legalizar um negócio

A Sala do Empreendedor é um espaço físico implantado pela Prefeitura Municipal, com apoio do SEBRAE, visando simplificar e desburocratizar o processo de registro e licenciamento de empresas - sobretudo MEI - e serve como canal de interação da prefeitura com os cidadãos empresários. Além disso, é um espaço de qualificação e orientação.

Este espaço ganhou força nos municípios após a intensificação dos trabalhos para implementação da Lei Geral, sendo o espaço único de entrada de documentos conforme prevê a LC 123/2006.

PROPOSTA DE MELHORIA

Atuar no apoio ao empreendedor formal e informal (estimulando, neste último, à formalização), por meio de uma Jornada Empreendedora, trabalhando competências e habilidades do empreendedor; orientando em relação a sua atividade econômica e a gestão do seu negócio, etc.

A proposta é ampliar o escopo de atuação da Sala do Empreendedor, que prioritariamente tem foco no formal.

Considerando as ações previstas no programa, nota-se a necessidade de articulação com outros órgãos e entidades da administração pública. É necessária uma integração interdisciplinar para que o programa cumpra com seu objetivo.



Estratégias

FERRAMENTAS EXTRAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PILOTOS

Mapa do Empreendedor

Ferramenta de mapeamento desenhada e atualizada pelos entes municipais, com a finalidade de dar capilaridade para ações de empreendedorismo. Com a identificação dos trabalhadores informais, os agentes públicos poderiam criar um ecossistema ativo de políticas públicas para esses empreendedores, com apoio do SEBRAE, por meio de Jornadas do Empreendedor.

Jornada do Empreendedor

Com o objetivo de apoiar o empreendedor no desenvolvimento do seu negócio, bem como na potencialização de suas habilidades empreendedoras, essa jornada - desenhada pelo município para mapear as necessidades dos microempreendedores, objetivará auxiliar os novos empreendedores e/ou empreendedores informais em sua caminhada para tornar suas ideias e projetos de negócio inovadores em produtos/serviços viáveis, rentáveis e aplicáveis.

GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL
FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA
DE MAPEAMENTO DO EMPREENDEDOR INFORMAL

Direcionamento de recursos financeiros para os municípios que tenham desenhado e implementado estratégias e projetos para mapear os empreendedores informais.

OPORTUNIDADES PARA O GOVERNO MUNICIPAL

O mapeamento dos empreendedores informais pelo governo municipal, como ação estratégica da assistência social, da sala do empreendedor e do setor de tributos e arrecadação, garantem ao município:

- Mais empreendedores formalizados;
- Mais geração de emprego e renda;
- Posicionamento como cidade empreendedora;
- Ampliação da arrecadação.

Foto: Aliança Empreendedora



Proposta

5

Modelo de Transição com as Políticas de Proteção

Política justa de transição do informal para o formal, resguardando os direitos sociais previstos (seguro desemprego, auxílio Brasil, aposentadoria, etc).

Modelo de Transição com as Políticas de Proteção

Buscamos uma política justa de transição do informal para o formal, resguardando os direitos sociais previstos (seguro desemprego, auxílio Brasil, aposentadoria, etc).



PROBLEMA

Hoje, os empreendedores e empreendedoras que se formalizam correm o risco de perder o Auxílio Brasil. O Sistema de Seguridade Social não é integrado com as políticas de empreendedorismo.



IMPORTANCIA

Hoje 34% empreendedores informais recebem algum tipo de auxílio, e se se formalizam, correm o risco de perder o seu benefício.



PROPOSTA

Política justa de transição do informal para o formal, resguardando os direitos sociais previstos (seguro desemprego, auxílio Brasil, aposentadoria, etc).

Detalhamento – GT Políticas de Transição

POR QUE FAZER ISSO?

O recebimento de benefícios sociais impacta boa parte dos trabalhadores por conta própria do País, principalmente os informais – ao menos 1/3 deles recebe benefícios de programas sociais. Abrir o MEI pode acarretar perda do: Auxílio Brasil e Seguro Desemprego.

QUAIS OS CASOS DE SUCESSO?

Regra de Emancipação do Auxílio Brasil: determina que a família pode continuar recebendo as parcelas por um período, mesmo que algum membro tenha conseguido um trabalho com carteira assinada. Para isso, é necessário respeitar uma única exigência: a renda mensal familiar não pode ultrapassar o limite de R\$ 525 por pessoa

O QUE É A PROPOSTA?

A proposta é a criação de um Grupo de Trabalho (GT) com Ministério da Cidadania, Ministério da Economia, Assistência Social, Sebrae e diversos atores interessados que discutam o tema e apresentem medidas que facilitem a integração entre programas sociais e o apoio aos empreendedores formais e informais.

COMO FAZER ACONTECER?

Através da atuação em GT:

- Cobrar a implementação do Art 20 da lei do Auxílio Brasil sobre a regra da emancipação;
- Elaborar parecer de entendimento sobre a perda de benefício para quem se formaliza;
- Alinhamento de informações: Elaborar uma cartilha informativa para toda a população, para ser divulgada através da Assistência, App do CadÚnico, Sebrae e a própria mídia.

Cenário de alternativas para o problema

Coordenação Intersetorial

- **O recebimento de benefícios sociais impacta boa parte dos trabalhadores por conta própria do País, principalmente os informais - ao menos $\frac{1}{3}$ deles recebe benefícios de programas sociais. Abrir o MEI pode acarretar perda do: Auxílio Brasil e Seguro Desemprego.**

Período de carência

- **Relação com CadÚnico. Rever sistema e período de carência entre formalização e perda de benefícios sociais como Auxílio Brasil.**
- **Uniformização do entendimento sobre a não-perda de benefício ao se formalizar.**
- **Rever condição para recebimento de benefícios (período de carência para auxílio maternidade e outros é longo e está atrelado a regras que poderiam ser simplificadas).**

Cenário de alternativas para o problema

Pré-MEI

- Criar uma etapa anterior ao MEI (pré-MEI e/ ou carência antes do início das contribuições e exigências);
- Olhar para tipos de MEI de forma diferenciada na lei. Exemplo: Pensar em um programa Pré-MEI (carência) para quem só possui renda através dos benefícios da assistência. Pensar em ter um CNPJ para entrada no ambiente de negócios por algum tempo, até gerar renda que saia da zona da pobreza para pagar o INSS e benefícios.

Cenário de alternativas para o problema

Experiência do Usuário

- Criar botão no cadastro que pergunte sobre **BENEFÍCIOS E INSTRUA CASO A PESSOA RECEBA ALGO**; - Deixar em destaque no site as explicações sobre **BENEFÍCIOS (CARÊNCIA, PRAZOS)**;

Serviços e Cadastro

- Informação clara sobre o que conta para considerar a renda do cidadão no CadÚnico (e atualizações) e do MEI. Mostrar que existe diferença entre renda, faturamento e benefícios (benefício não deve ser contabilizado como renda); - Treinamento que dê uniformidade de informação nos municípios/estados, vindo do âmbito federal. Exemplo: quando o MEI se formaliza perde ou não benefícios, como funciona aposentadoria por invalidez, caso de pessoas com deficiência e outros);

APP e CadÚnico

- Revisão das informações do app e disponibilização de serviços adicionais.

Foto: Aliança Empreendedora





Bancos: "Já tem a oferta lá, já fiz a minha parte"

O microcrédito parece hoje que é acessível, mas não é



MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

Mulheres são melhores pagadoras e comprometidas. Na comunidade são a maioria. O microcrédito produtivo orientado cria um ecossistema de apoio em torno da mulher.

O ecossistema é como um elevador que dá um suporte para que ela cresça



6



**Proposta elaborada com apoio do
Movimento Expansão*

Microcrédito Produtivo Orientado para Mulheres

Defendemos o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado com enfoque no público feminino, sendo este programa constituído de uma trilha de capacitação em gestão financeira e o uso consciente do crédito, tendo o papel de um agente de crédito na jornada.



**Proposta elaborada com apoio do Movimento Expansão*

Microcrédito Produtivo Orientado para Mulheres

Defendemos o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado com enfoque no público feminino, sendo este programa constituído de uma trilha de capacitação em gestão financeira e o uso consciente do crédito, tendo o papel de um agente de crédito na jornada.



PROBLEMA

69% das mulheres não querem empreender sendo o principal motivo a falta de recursos financeiros, 50% não empreende por ter medo em relação ao risco financeiro e 46% por não ter conhecimento em gestão de negócios.



IMPORTANCIA

O incentivo à formação, educação e crédito às mulheres é capaz de impactar imediata e positivamente a economia do país, com geração de renda, trabalho, investimento no entorno próximo (família, filhos) e na sociedade como um todo.



PROPOSTA

Programa de Microcrédito Produtivo Orientado com enfoque no público feminino, sendo este programa constituído de uma trilha de capacitação em gestão financeira e o uso consciente do crédito, tendo o papel de um agente de crédito na jornada.

Detalhamento – Microcrédito para Mulheres

POR QUE FAZER ISSO?

71% das empreendedoras com ensino superior incompleto necessitam de recursos financeiros para seus negócios, este percentual cai para 56% entre as mulheres com ensino superior completo (PESQUISA "NEGÓCIOS INSPIRADORES FEMININOS", 2022) Para as mulheres com renda familiar menor que R\$ 5 mil o desafio é ainda maior. 86% das mulheres empreendedoras com renda familiar até 5 mil reais consideram muito difícil e desafiador ou difícil e desafiador a captação de recursos financeiros para seus negócios, e este número, ainda é alto, mais cai para 72% quando se refere à mulheres com renda familiar acima de 5 mil reais.

QUAIS OS CASOS DE SUCESSO?

Projeto ELAS - O projeto caracteriza-se pelo desenvolvimento de um conjunto de ações de promoção, formação e orientação às mulheres do programa Bolsa Família, tomadoras de crédito do Banco Palmas, tendo como objetivo a inclusão socioproductiva, financeira e bancária destas mulheres. Área de atuação: região do Jangurussu, uma das regiões mais pobres na periferia de Fortaleza-CE.

Colombia: Fondo Mujer Emprende

Espanha: Programa de Apoyo Empresarial a las Mujeres (PAEM)

O QUE É O PROGRAMA?

O programa tem como objetivo a inclusão socioeconômica de milhões de mulheres que, pelas circunstâncias atuais não encontram oportunidades de emprego e geração de renda em razão da escassez de oferta no mercado de trabalho, de pouca formação acadêmica, de diferenças existentes por questões de gênero, raça, nacionalidade e principalmente por restrições impostas pelo histórico bancário inexistente O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado para Mulheres concede prioridade e incentivo para as mulheres com algum tipo de vulnerabilidade na tomada de recursos destinados ao microcrédito.

COMO FAZER ACONTECER?

Mobilizar através do Banco Central as Instituições Financeiras para a criação de prioridade e incentivo de microcrédito para as mulheres com algum tipo de vulnerabilidade.

Propor um esforço suprapartidário para inclusão de mulheres beneficiárias ou não de programas de transferência de renda em um projeto amplo de informação que possibilite a criação de pequenos negócios com capacidade de geração de renda e emprego.

Política de Microcrédito para mulheres deve ser acompanhada de políticas públicas de auxílio a creches, dando oportunidade para que as mulheres consigam se desenvolver no ambiente empreendedor

Mulheres microempreendedoras com filhos pequenos (0 a 5 anos) ganham 250 reais mensais a menos que mulheres sem filhos.

Mulheres microempreendedoras com filhos pequenos (0 a 5 anos) empreendem quase 4 horas a menos do que mulheres sem filhos

Isso demonstra a necessidade do Governo em investir em creches juntamente com políticas de microcrédito.



Estratégia

- Atuação do Banco Central como agente de indução dos stakeholders na participação efetiva do modelo de concessão de crédito. Com isso, incentivando a criação do braço destinado às mulheres empreendedoras em cada uma das Instituições Financeiras Públicas e Privadas habilitadas, reforçando a natureza mandatária do direcionamento do MPO e liderando iniciativas estratégicas que determinem a efetividade deste Programa de Inclusão Democrática e Abrangente.
- Desenvolvimento de uma estrutura para direcionamento do crédito ao Empreendedorismo Feminino, dentro do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO). Os bancos públicos com atuação regional já são os principais participantes do MPO e compreendem as especificidades sociais e econômicas da sua região. Ademais, eles atuam de forma complementar ao BNDES na promoção de desenvolvimento econômico. Com isso, eles podem ser repassadores do recurso para as empreendedoras. Neste processo, programas regionais como o CrediAmigo, do Banco do Nordeste, podem ter um percentual disponibilizado exclusivamente para empreendedoras, com o propósito de promover inclusão socioeconômica, emprego e renda.
- Simplificação de processos e requerimentos de garantias: os processos referentes à análise de crédito e uso de colaterais devem ser adaptados para a realidade das mulheres empreendedoras brasileiras. Os programas de microcrédito amplo dos bancos públicos de desenvolvimento e de atuação regional devem focar na construção de um processo de garantia que não necessite aval ou alguma natureza de garantia real. Deve-se, então, permitir o uso de contrato de garantia solidária por meio do Sistema Nacional de Garantias.
- Assessoramento técnico das empreendedoras para os desafios dos seus negócios: para além do crédito, as empreendedoras geralmente necessitam de apoio técnico para questões financeiras e/ou operacionais do seu negócio em momento de escala. Esse assessoramento pode ser realizado por meio do Sistema S, que possui como objetivo fornecer o treinamento profissional, assistência social, consultoria, dentre outros. Com isso, a empreendedora pode se capacitar, garantindo o sucesso de seu negócio.

Práticas internacionais

Espanha: Programa de Apoyo Empresarial a las Mujeres (PAEM)

A Espanha instituiu o Programa de Apoyo Empresarial a las Mujeres (PAEM) para mulheres empreendedoras que buscam criar e expandir seus negócios. O programa consiste em financiamento por microcrédito com condições melhores de financiamento e sem necessidade de aval, além de apoio por meio de assessoria personalizada e informes.¹⁴¹⁵

O público alvo da iniciativa são mulheres que estão buscando criar e expandir seus negócios e têm dificuldade em obter crédito no sistema financeiro tradicional por não terem garantias, que tenham iniciado sua atividade como empreendedoras em um período inferior a 5 anos. É exigido que mais de 50% do capital social e da administração da empresa sejam representados por mulheres. Este é um programa promovido pelo Instituto de la Mujer y para la Igualdad de Oportunidades (IMIO), órgão do Ministério da Igualdade, e pelo MicroBank, com apoio do Fundo Europeu e participação de entidades, câmaras de comércio e outras entidades de ação social.

O microcrédito é oferecido em até 25 mil euros para mulheres que estão buscando criar ou expandir seu próprio negócio. As condições de financiamento são vantajosas para esse público, sendo a taxa de juros fixa e prazo de pagamento de 6 anos. Ademais, não é necessário ter aval de terceiros para obter o crédito solicitado.

Práticas internacionais

Colômbia: Fondo Mujer Emprende

A Colômbia instituiu o Fondo Mujer Emprende com um capital inicial de \$20.000 milhões de dólares para fortalecer os empreendimentos liderados por mulheres colombianas em todas as regiões do país, rurais e urbanas.¹⁶

O programa é dirigido a mulheres que possuem empreendimentos rurais ou urbanos com atividade comercial de 2 anos, no mínimo, com registro formal.

Foto: Aliança Empreendedora



Proposta

7



**Proposta elaborada com apoio do
Movimento Expansão*

Pacote de Sugestões para a Distribuição do Microcrédito, ampliando o ecossistema

Discutir sobre as barreiras de operacionalização sob a perspectiva das Instituições para os distribuidores, o uso de fundos garantidores e depósitos compulsórios para a ampliação do microcrédito





**Proposta elaborada com apoio do Movimento Expansão*

Pacote de Sugestões para a Distribuição do Microcrédito, ampliando o ecossistema

As principais instituições financeiras privadas não se interessam em oferecer o microcrédito, uma vez que os juros da modalidade são baixos e proporcionam menor rentabilidade. Precisamos mudar isso!



PROBLEMA

As operações de microcrédito ainda representam pouco mais de 0,2% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.



IMPORTANCIA

O microcrédito tem papel relevante na redução da pobreza e da desigualdade, atuando como elemento de inclusão social e também de crescimento econômico.



PROPOSTA

Facilitar as condições e acesso ao crédito para os microempreendedores no Brasil através da criação de um GT com o Banco Central e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) para a utilização do fundo garantidor atrelado a modelos que fortaleçam a oferta do microcrédito local.



Detalhamento – Distribuição do Microcrédito

POR QUE FAZER ISSO?

O microcrédito é uma alternativa à informalidade, com transformação e inovação de micro e pequenos negócios. Os recursos estão disponíveis e subutilizados; é preciso apontar caminhos para que o crédito possa ser acessível e abrangente, servindo de estímulo à formalização, educação financeira e inclusão socioeconômica dos cidadãos que empreendem no País.

QUAIS OS CASOS DE SUCESSO?

Crediamigo: OSCIP recebe recursos financeiros, através de Termo de Parceria, para operacionalizar a gestão e atividades do Programa Crediamigo, dentro dos critérios do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Fundos garantidores de inadimplência: oferecem parte da garantia exigida pelos bancos para liberar o financiamento ou empréstimo. Funcionam como uma garantia adicional.

O QUE É O PROGRAMA?

Criação de um Grupo de Trabalho (GT) com o Banco Central e diversos atores interessados que discutam o tema e apresentação de medidas que facilitem a distribuição do microcrédito aos empreendedores formais e informais.

COMO FAZER ACONTECER?

Discutir sobre as barreiras de operacionalização sob a perspectiva das Instituições para os distribuidores (normativas, cosif, modelo financeiro e impactos de clientes com atraso superior a 90 dias, basileia - (CUSTO - RISCO); Entendimento das perspectivas de ambos os lados (Instituições e distribuidores). mais distribuidores no Brasil para que os recursos sejam efetivamente destinados aos microempreendedores. (DESAFIO).



Apesar do expressivo crescimento registrado nos últimos dez anos, sobretudo após a implantação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) em 2005, as operações de microcrédito ainda representam pouco mais de 0,2% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

O Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) prevê que até 2% do total dos depósitos compulsórios seja destinado ao microcrédito. No ano de 2020, segundo o Banco Central, os depósitos compulsórios totalizaram R\$ 415,5 bilhões, ou seja, existem R\$ 8,3 bilhões disponíveis, mas que são pouco utilizados. Isso porque as principais instituições financeiras privadas não se interessam em oferecer o microcrédito, uma vez que os juros da modalidade são baixos e proporcionam menor rentabilidade.

O microcrédito, entendido como um crédito de pequeno valor destinado às pessoas que se encontram abaixo ou próximo da linha de pobreza e que não têm acesso às linhas de crédito tradicionais, têm papel relevante na redução da pobreza e da desigualdade, atuando como elemento de inclusão social.

Apesar de muitos avanços, as normas que regulam o microcrédito no Brasil ainda apresentam deficiências, principalmente no que se refere a oferta deste crédito ao microempreendedor de base. A maioria dos negócios gerenciados por empreendedores no Brasil é pequeno, o que complica ainda mais o acesso ao crédito. Facilitar esse processo significaria incluir mais cidadãos no mercado do empreendedorismo.


Nesse contexto, foi identificada a escassez de linhas de microcrédito para pequenos negócios como um obstáculo ao empreendedorismo no Brasil. Dessa forma, um dos objetivos da proposta seria sensibilizar o Banco Central, poderes públicos e outras instituições financeiras a disponibilizar os recursos apropriados aos negócios geridos principalmente pelos pequenos empreendedores.

Fonte: https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/SerieCidadania_1panorama_micro.pdf
<https://monitormercantil.com.br/pais-tem-r-8-bi-represados-para-microcredito-aos-mpes/>



Foto: Aliança Empreendedora





Além das propostas apresentadas, é importante que o ecossistema se organize para aprovar e implementar a política de regulamentação das MPÉs, que impacta diretamente os microempreendedores e microempreendedoras.

Anexo - Política de Regulamentação das MPÉs

Marco jurídico das MPE's: da Constituição Federal de 1988 à Política Nacional de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

A Constituição Federal de 1988, nos arts. 170 e 179, “reforça que haverá tratamento jurídico diferenciado para as MPE's instaladas no País, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.”

A partir da CF 1988, a linha do tempo retratada abaixo traz um panorama do marco jurídico das MPE's, perpassando a criação do simples nacional, o estatuto das MPE's e a proposta do PNADEMPE, 16 (dezesseis) anos após a promulgação da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei Geral das MPE's).

Lei nº 9.137 de 05 de dezembro de 1996

Promulgação da lei que dispõe sobre o regime tributário das MPE's, instituindo, ainda, o Simples Nacional.

1996

1999

Lei nº 9.841 de 05 de outubro de 1999

Promulgado a lei que institui o Estatuto das MPE's, dispondo sobre o tratamento jurídico, diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006

Promulgação da lei que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

2006

2021

PNADEMPE

Proposição da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas.

Política Nacional de Desenvolvimento e Apoio das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PNADEMPE)

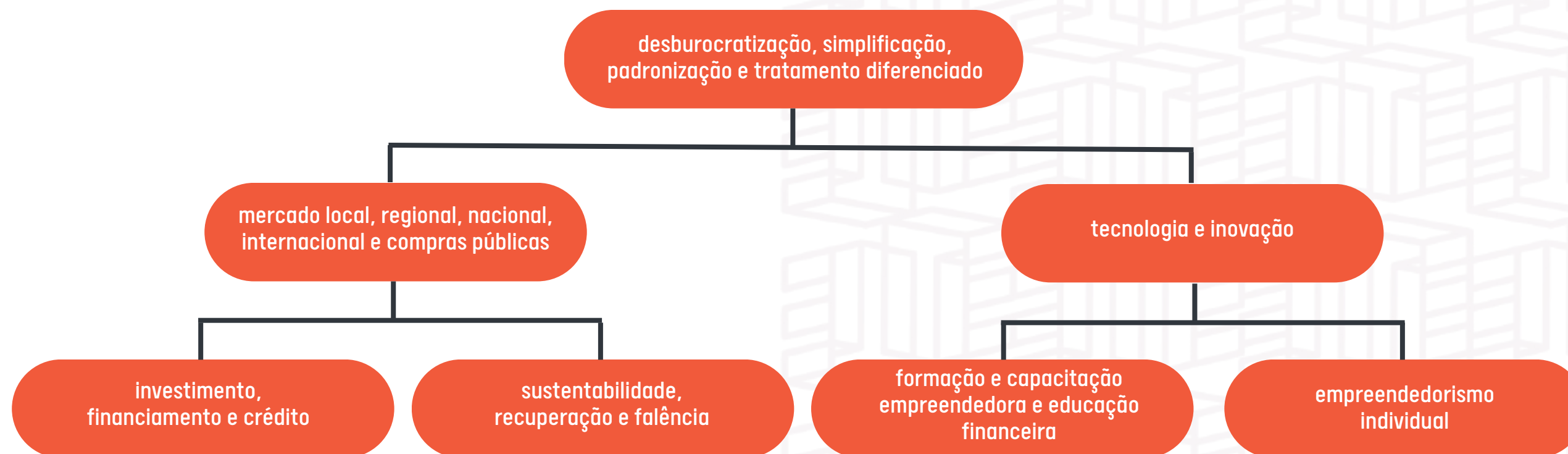
A elaboração de uma Política Nacional de Desenvolvimento e Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ressalta a importância dos pequenos negócios para o governo federal e para a sociedade em geral, ao passo que compreende que:

“aplicar tratamento diferenciado ao segmento de empresas representa tratar desiguais de forma diferente e privilegiar a formulação de políticas públicas que visem estimular o desenvolvimento das unidades produtoras de menor porte, ampliando a sua participação na criação de postos de trabalho e riqueza.”

Essa proposta busca, tornar as micro e pequenas empresas protagonistas do processo de melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

A proposta estabelece a criação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa com 7 eixos, entre eles, 3 principais que impactam o MEI e o microempreendedor informal: eixo I) desburocratização, simplificação, padronização e tratamento diferenciado; eixo VI) formação e capacitação empreendedora e educação financeira; e eixo VII) empreendedorismo individual.

Política Nacional de Desenvolvimento e Apoio das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PNADEMPE)



DESAFIO: Fazer crescer a produtividade, reduzir a informalidade, aumentar a participação das MPE's no PIB, aproximar as políticas públicas das empresas e vice-versa.

Cardápio de Propostas

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÀS MPES

- 1 GT | MAPEAMENTO DOS PARCEIROS E PARCERIAS INSTITUCIONAIS**
Fortalecimento dos fóruns/comitês estaduais das MPE's como ambientes de discussão das políticas públicas de apoio ao empreendedor individual, microempreendedor, empreendedor de pequeno porte e empreendedor informal, tornando-os permanentes e condutores das estratégias de desenvolvimento regional.
- 2 GT | VALIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MPES EXISTENTES**
Levantamento do arcabouço legal, dos projetos e das políticas públicas direcionadas aos empreendedores individuais, microempreendedores, empreendedores de pequeno porte e empreendedores informais (por Estado).
- 3 GT | VALIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MPES EXISTENTES**
Uniformização da legislação municipal no tratamento diferenciado e favorecido às MPES, alinhadas à Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, com apoio dos órgãos de controle.
- 4 GT | CONSTRUÇÃO DE PAINEL DE INDICADORES**
Criação de indicadores que monitorem o trabalho informal no Brasil e estratégia de monitoramento e avaliação dos benefícios recebidos pelos empreendedores por meio do Auxílio de Inclusão Produtiva Rural e Urbana.
- 5 GT | DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DA PNAD-MPES**
Criação de uma rede nacional de apoio ao desenvolvimento das MPES, que seja conectada aos fóruns/comitês estaduais, com agenda permanente de encontros e ações para acompanhar e apoiar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas.

Ficha técnica

Análise Econômica: Daniel Duque

Autoria: Marcela Greggo, Romário Barbosa, Paula Cristina, Ana Marina de Castro

Lina Kempf e Mariana Rodrigues

Especialistas consultados: Mauro Oddo, Alessandra, Vânia

Edição: Tatiana Oliveira e Mariana Rodrigues

Diagramação: Sabrina Duarte

REALIZAÇÃO



UMA INICIATIVA



APOIO MASTER



APOIO

